

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**RENATA DOS SANTOS HAHN**

**DESENVOLVIMENTO DAS LIBERDADES INSTRUMENTAIS:  
O CASO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS  
DA COOPERATIVA UNIVALE**

**PORTO ALEGRE**

**2017**

**RENATA DOS SANTOS HAHN**

**DESENVOLVIMENTO DAS LIBERDADES INSTRUMENTAIS:  
O CASO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS  
DA COOPERATIVA UNIVALE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, modalidade profissional, área de concentração Economia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

**PORTO ALEGRE**

**2017**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Hahn, Renata dos Santos

Desenvolvimento das liberdades instrumentais : o caso dos catadores de materiais recicláveis da Cooperativa Univale / Renata dos Santos Hahn. -- 2017.

79 f.

Orientador: Marcelo Milan.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Economia solidária. 2. Catador de materiais recicláveis. 3. Desenvolvimento humano. 4. Liberdade instrumental. I. Milan, Marcelo, orient. II. Título.

**RENATA DOS SANTOS HAHN**

**DESENVOLVIMENTO DAS LIBERDADES INSTRUMENTAIS:  
O CASO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS  
DA COOPERATIVA UNIVALE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, modalidade profissional, área de concentração Economia.

Aprovado em : Porto Alegre, 07 de julho de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Marcelo Milan (Orientador)

UFRGS

---

Dr. Angelique Johanna Willemien Maria Van Zeeland

FLD

---

Dra. Carlos Schmidt

UFRGS

---

Dr. Pedro de Almeida Costa

UFRGS

Dedico com todo o meu amor, esta dissertação,  
às pessoas mais importantes de minha vida,  
meus queridos pais, Osmar e Marisa,  
por estarem sempre ao meu lado, incentivando-me,  
acreditando e fazendo-me acreditar em meus sonhos.  
Amo muito vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus mais sinceros agradecimentos...

Aos meus amados pais, que são um grande exemplo para mim, meu muito obrigada, pela educação e valores transmitidos, pelo amor, carinho, compreensão e apoio de sempre;

As minhas irmãs de coração, Franciane Pires, Anelize Sampaio e Raquel Cunha, que sempre me apoiaram, incentivaram e entenderam as minhas ausências;

A Daiana Schwengber, Joice Maciel e Kellen Pasqualetto que lutam por uma economia mais solidária, justa e sustentável. E me fazem acreditar, que é possível! Obrigada pelo apoio, a troca de ideias e o incentivo durante o mestrado e a dissertação;

Ao Nanah, Anderson Giordani, agradeço o apoio, ajuda, paciência, incentivo e companheirismo no decorrer do mestrado e da dissertação;

Ao meu orientador Prof. Dr. Marcelo Milan, pelos seus ensinamentos, apoio e orientações durante a elaboração dessa dissertação;

Em especial, agradeço a Cooperativa Univale e seus cooperados que acreditaram na seriedade de minha pesquisa, acolhendo-me com disponibilidade e carinho, obrigada pela confiança depositada em mim, pela oportunidade e pela troca de conhecimentos;

A todos que me ajudaram, de uma forma ou outra, no desenvolvimento do presente trabalho.

## **O Homem que não tinha nada**

O homem que não tinha nada, acordou bem cedo  
Com a luz do sol já que não tem despertador  
Ele não tinha nada, então também não tinha medo  
E foi pra lutar como faz um bom trabalhador  
O homem que não tinha nada, enfrenta o trem lotado  
A sete horas da manhã com sorriso no rosto  
Se despediu de sua mulher com um beijo molhado  
Pra provar do seu amor e pra marcar seu posto  
O homem que não tinha nada, tinha de tudo  
Artrose, artrite, diabetes e o que mais tiver  
Mas tinha dentro da sua alma muito conteúdo

E mesmo sem ter quase nada ele ainda tinha fé  
O homem que não tinha nada, tinha um trabalho  
Com um esfregão limpando aquele chão sem fim  
Mesmo que alguém sujasse de propósito o assoalho  
Ele sorria alegremente, e dizia assim

O ser humano é falho, hoje mesmo eu falhei  
Ninguém nasce sabendo, então me deixe tentar  
O ser humano é falho, hoje mesmo eu falhei  
Ninguém nasce sabendo, então me deixe tentar

O homem que não tinha nada, tinha Marizete  
Maria Flor, Marina, Mario que era o seu menor  
Um tinha nove, uma doze, outra dezessete  
A de quarenta sempre foi o seu amor maior  
O homem que não tinha nada, tinha um problema  
Um dia antes mesmo foi cortado a sua luz  
Subiu no poste, experiente, fez o seu esquema  
Mais à noite reforçou o pedido pra Jesus  
O homem que não tinha nada, seguiu a sua trilha  
Mesmo caminho, mesmo horário, mas foi diferente  
Ligou pra casa pra dizer que amava sua família  
Acho que ali já presentia o que vinha na frente  
O homem que não tinha nada  
Encontrou outro homem que não tinha nada  
Mas esse tinha uma faca  
Queria o pouco que ele tinha, ou seja nada  
Na paranoia, “noia” que não ganha te ataca  
O homem que não tinha nada, agora já não tinha vida  
Deixou pra trás três filhos e sua mulher  
O povo queimou pneu, fechou a avenida  
E escreveu no asfalto "saudade do Josué"

José Tiago Pereira Sabino

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral avaliar o papel dos empreendimentos de economia solidária no desenvolvimento das liberdades instrumentais, na concepção de Amartya Sen, de seus participantes, tendo por objeto de pesquisa catadores de materiais recicláveis com atuação em um território no Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, apresentou-se como fundamentação teórica a Economia Solidária, dentro da qual atuam os catadores de materiais recicláveis, e o desenvolvimento humano. A pesquisa de caráter qualitativo foi realizada na Cooperativa de Trabalho e Renda Univale. Os dados foram coletados através de aplicação de questionários, com todos os 24 catadores cooperados da Univale. Percebeu-se na cooperativa em estudo que seus cooperados apresentam o desenvolvimento das cinco liberdades instrumentais estudadas. Conclui-se que a Univale, por se estruturar segundo os princípios da Economia Solidária, demonstra contribuir para o desenvolvimento das liberdades instrumentais de seus cooperados, e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento humano dos catadores, por meio de suas práticas democráticas, autogestionárias, solidárias, na qual as pessoas se preocupam com o outro e com o bem-estar coletivo.

**Palavras-Chave:** Economia solidária. Catadores de materiais recicláveis. Desenvolvimento humano. Liberdades Instrumentais.



## ABSTRACT

The aim of this research is to evaluate the performance of solidary economy enterprises in the development of the instrumental freedoms of their members, according to Amartya Sen. The object of the research were the collectors of recyclable materials operating in an area of Rio Grande do Sul. To achieve the objective, the Solidarity Economy is presented as theoretical foundation, in which the recyclable material pickers work, and human development. A qualitative research was carried out at Cooperativa de Trabalho e Renda Univale. Data were collected through the application of questionnaires, with all 24 Univale cooperative collectors. It was perceived in the study of the cooperative that this collective endeavour collaborates with the development of the five instrumental freedoms studied. It is therefore concluded that Univale, being structured according to the principles of Solidarity Economy, contributes positively to the development of the instrumental freedoms of its members, and consequently to the human development of the collectors, through their democratic practices, self-management, solidarity, being a place where some care about others.

**Key-words:** Solidarity economy. Waste pickers. Human development. Instrumental Freedoms.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Síntese das cinco principais liberdades instrumentais .....	34
Quadro 2 - Relações entre desenvolvimento humano e economia solidária .....	38
Gráfico 1 - Distribuição de gênero entre os cooperados da Univale (2017) .....	42
Gráfico 2 - Distribuição etária dos cooperados da Univale (2017) .....	43
Gráfico 3 - Distribuição da etnia dos catadores da Univale (2017).....	44
Gráfico 4 - Distribuição do estado civil dos cooperados da Univale (2017).....	45
Gráfico 5 - Distribuição do número de residentes no domicílio do cooperado (2017) .....	46
Gráfico 6 - Distribuição da renda familiar per capita mensal dos cooperados da Univale (2017) .....	47
Gráfico 7 - Distribuição do tempo de trabalho como catador dos cooperados da Univale (2017) .....	48
Gráfico 8 - Distribuição do tempo de trabalho na Univale (2017).....	49
Gráfico 9 - Distribuição da avaliação do trabalho como catador (2017).....	49
Gráfico 10 - Distribuição da motivação para virar cooperado da Univale (2017) .....	50
Gráfico 11 - Distribuição das funções exercidas na Univale (2017).....	51
Gráfico 12 - Distribuição das notas atribuída para a Cooperativa Univale pelos cooperados (2017) .....	52
Gráfico 13 - Distribuição das respostas relacionadas à liberdade instrumental Liberdades Políticas (2017).....	54
Gráfico 14 - Trabalho na Cooperativa e entendimento sobre democracia, política e legislações (2017) .....	55
Gráfico 15 - Participação na Univale e Facilidades Econômicas .....	57
Gráfico 16 - Participação na Univale e Oportunidades Sociais - saúde - (2017) .....	59
Gráfico 17 - Distribuição dos escolaridade dos cooperados da Univale (2017) .....	60
Gráfico 18 - Participação na Univale e Oportunidades Sociais - educação- (2017) .....	60
Gráfico 19 - Participação na Univale e Garantia de Transparência (2017).....	62
Gráfico 20 - Participação na Univale e Segurança Protetora (2017).....	63

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Distribuição da naturalidade dos cooperados da Univale (2017).....	44
Tabela 2 - Distribuição de dependentes dos cooperados da Univale (2017).....	46
Tabela 3 - Distribuição da renda familiar total dos cooperados da Univale (2017).....	47

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário/ Central Única dos Trabalhadores
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
COOPAMARE	Cooperativa dos catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
ECOSOL	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
OSCs	Organizações da sociedade civil
PNB	Produto Nacional Bruto
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA E APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE .....</b>	<b>16</b>
2.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	16
2.2	OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS .....	22
2.3	O DESENVOLVIMENTO HUMANO EM AMARTYA SEN.....	28
<b>2.3.1</b>	<b>Liberdades substantivas e instrumentais .....</b>	<b>30</b>
<b>2.3.2</b>	<b>A abordagem das capacitações.....</b>	<b>35</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Desenvolvimento humano e economia solidária .....</b>	<b>38</b>
2.4	OBJETO DE ESTUDO: UM BREVE HISTÓRICO .....	40
<b>3</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA COOPERATIVA UNIVALE ..</b>	<b>42</b>
3.1	PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO DOS COOPERADOS .....	42
3.2	AS LIBERDADES INSTRUMENTAIS NA UNIVALE .....	53
<b>3.2.1</b>	<b>Liberdades políticas.....</b>	<b>53</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Facilidades econômicas .....</b>	<b>56</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Oportunidades sociais .....</b>	<b>58</b>
<b>3.2.4</b>	<b>Garantia de transparência.....</b>	<b>62</b>
<b>3.2.5</b>	<b>Segurança protetora .....</b>	<b>63</b>
3.3	A COOPERATIVA UNIVALE E AS LIBERDADES INSTRUMENTAIS DE SEUS COOPERADOS .....	64
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>
	<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO COOPERADOS COOPERATIVA UNIVALE .....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da globalização capitalista desde os anos 1970, cresceu a concorrência mundial entre os capitais, aumentando a necessidade de qualificação profissional e experiência por parte dos trabalhadores, que desde a revolução industrial sofrem as consequências da mecanização de seus postos de trabalho, gerando grandes desigualdades e injustiças sociais. A exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho, na década de 1990, contribuiu para que as práticas de Economia Solidária (ECOSOL) crescessem no Brasil, ganhando força e adquirindo maior espaço e reconhecimento (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010).

Segundo Singer (2002), os trabalhadores que optam pela ECOSOL são excluídos não apenas do processo produtivo formal, mas, na sua maioria, do acesso à educação, da oportunidade de participar criticamente como cidadãos do aparato social constituinte do seu tempo, da sua história, entre outras privações.

Como alternativa, a ECOSOL se consolida em práticas de produção centradas na solidariedade, visando sempre a distribuição da riqueza, com a premissa de criar postos de trabalho e aumentar a renda dos trabalhadores, através da constituição de empreendimentos de economia solidária (EES) (LECHAT, 2010). Esses empreendimentos, que podem ter a forma jurídica de cooperativas ou associações, possuem como principais características a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade. Partindo dessa dinâmica, a inclusão social torna-se natural e as relações de trabalho acontecem de maneira predominantemente igualitária (SINGER, 2003).

A exclusão social, reforçada pela ocupação urbana e pela urgente necessidade de renda, explica o aparecimento do catador de materiais recicláveis, um profissional que descobre no descarte de resíduos uma opção para sua sobrevivência. Em 1990 começaram as iniciativas de inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis. A coleta seletiva passou a ser realizada em vários municípios, o que fez com que os catadores organizados em cooperativas e/ou associações começassem a prestar serviços de coleta (PINHEL, 2013).

Com o passar dos anos, os catadores foram conquistando o reconhecimento por meio de políticas públicas. Destaca-se aqui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que valoriza os catadores, pois reforça em seu texto que seja implantada a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (BRASIL, 2010a).

Os EES, inclusive aqueles formados por catadores de materiais recicláveis, consideram dimensões para além da econômica, como a preocupação com a promoção da cidadania, a democracia como processo contínuo de tomada de decisões coletivas e a cooperação entre os trabalhadores, buscando o desenvolvimento mais amplo. No entanto, para alcançar esses objetivos, seus membros precisam também buscar o desenvolvimento de fatores mais subjetivos, que podem vir a contribuir para o desenvolvimento humano de seus participantes.

Nesse sentido, distinto do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento humano busca a ampliação das liberdades reais de cada indivíduo, sendo que nesse conceito as liberdades são vistas tanto como o fim como também o principal meio do processo completo do desenvolvimento, diferente do econômico, que é tido como objetivo final. É por meio da liberdade que cada pessoa pode intervir em seu próprio destino. “Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (SEN 2010, p 33).

Sen (2010) confere às liberdades dos indivíduos dois papéis: constitutivo e instrumental. O papel constitutivo da liberdade substantiva tem relação com a melhora em si da vida humana, distintamente do papel instrumental da liberdade, que se refere ao modo como os direitos, as dotações e as oportunidades colaboram para o aumento das liberdades humanas em geral. Portanto, as liberdades instrumentais são um conjunto de dotações, oportunidades e bens que a pessoa tem disponível para satisfazer suas necessidades e exercer suas atividades sociais. Os tipos de liberdades instrumentais identificadas por Sen (2010) são: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora. Estes exemplos de liberdades instrumentais facilitam o entendimento do papel e dos objetivos do desenvolvimento humano, pois por meio de suas trocas os indivíduos se tornam livres para optar por uma vida que apreciam.

A teoria do desenvolvimento humano de Sen leva em consideração a ampliação das liberdades reais de cada pessoa. Por sua vez, a ECOSOL considera as dimensões econômicas, culturais e políticas, possuindo práticas autogestionárias e democráticas, respeitando o meio ambiente e a vida humana. Ambas as teorias possuem pontos importantes em comum. Tanto na ECOSOL quanto no desenvolvimento humano, o pressuposto econômico é fundamentado no compromisso com o outro e que a melhoria da qualidade de vida e a dignidade humana, estão presentes nos objetivos das duas abordagens (ZEELAND, 2016). Reconhece-se que as privações derivam da organização capitalista da sociedade, e que essas questões não são

debatidas amplamente por Sen, mas a presente pesquisa não pretende realizar uma crítica mais profunda a teoria do autor.

Diante das considerações acima, a pesquisa procura responder à seguinte pergunta: Um empreendimento de Economia Solidária de catadores de materiais recicláveis contribui para o desenvolvimento das liberdades instrumentais, no sentido proposto por Amartya Sen, de seus participantes?

Como objetivo geral, a pesquisa avalia o papel dos empreendimentos de economia solidária no desenvolvimento das liberdades instrumentais de seus participantes, tendo por objeto de pesquisa catadores de materiais recicláveis com atuação em um território no Estado do Rio Grande do Sul.

Adicionalmente, procura atingir os seguintes objetivos específicos:

- a) problematizar a visão de desenvolvimento humano de Amartya Sen e o conceito de liberdades instrumentais;
- b) analisar a relação de um empreendimento de economia solidária de catadores de materiais recicláveis com o desenvolvimento das liberdades instrumentais dos seus participantes;
- c) identificar os limites e/ou possibilidades do desenvolvimento das liberdades instrumentais a partir da participação em um empreendimento de economia solidária de catadores de materiais recicláveis.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, se utilizou o método qualitativo. Para Roesch (2005), este método procura o que é comum nos fenômenos investigados, mas permanece aberto para perceber individualidade e significados múltiplos, procurando descrever a realidade investigada (método descritivo). A análise é realizada a partir dos catadores cooperados da Cooperativa de Trabalho e Renda Univale, um empreendimento de economia solidária formado exclusivamente por catadores de materiais recicláveis, comparando as diferentes percepções dos trabalhadores acerca do problema (desenvolvimento das liberdades instrumentais) investigado. Assim sendo, acredita-se que o método qualitativo é apropriado para a pesquisa proposta. Ainda segundo Roesch (2005), as técnicas mais utilizadas na pesquisa de caráter qualitativo são as entrevistas, questionários, observações e uso de diários. No presente trabalho, utilizou-se como ferramenta questionários com perguntas fechadas e abertas com todos os 24 cooperados do empreendimento estudado, além de revisão bibliográfica.



A Univale é constituída juridicamente como cooperativa e possui contrato de prestação de serviço de coleta seletiva com os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo, ambos na região metropolitana de Porto Alegre. A estratégia de pesquisa proposta é o estudo de caso. De acordo com Vergara (2003), um estudo de caso tem como características a profundidade e o detalhamento, já que é restrito a uma ou poucas unidades, percebidas essas como uma ou um grupo de pessoas, um produto, uma empresa, uma comunidade ou até mesmo um país.

Esta pesquisa se justifica principalmente por contribuir para a discussão e análise do trabalho executado pelos empreendimentos econômicos solidários em geral, e de catadoras e catadores de materiais recicláveis em particular, abordando seus múltiplos objetivos e as condições de vida das pessoas participantes. O estudo junto a um empreendimento de economia solidária de catadores de materiais recicláveis contribui para a compreensão do processo de superação da pobreza multidimensional destes cooperados proporcionada por essa experiência econômica democrática. Destaca-se que mesmo sendo um microcosmo da ECOSOL, é importante estudar mais afundo os EES, e essa é uma contribuição do trabalho.

Esta pesquisa também se justifica por subsidiar ações de organizações da sociedade civil (OSCs) e do poder público, respectivamente (i) na elaboração de programas de apoio de OSCs a empreendimentos econômicos solidários, especialmente de catadoras e catadores de materiais recicláveis; (ii) na elaboração de políticas públicas, em vários níveis de governo, para inclusão socioeconômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e superação da pobreza; (iii) na elaboração de políticas públicas de promoção de um ambiente favorável à economia solidária; e (iv) nos processos de avaliação das condições de vida das pessoas integrantes desses arranjos socioeconômicos, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento humano.

A estrutura da pesquisa conta com quatro capítulos, incluindo essa introdução e a conclusão. No segundo capítulo é revisada a literatura, com destaque para os conceitos a serem empregados na pesquisa e se apresenta a unidade de análise. No terceiro serão informados os resultados e sua discussão.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA E APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE

Esta seção aborda os principais aspectos teóricos e o objeto central da pesquisa: economia solidária, catadores de materiais recicláveis e a teoria de desenvolvimento humano. Primeiro, apresenta-se um breve histórico sobre a economia solidária no Brasil, discutindo seu conceito, princípios e dados do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES). Em seguida, desenvolve um breve histórico dos catadores de materiais recicláveis no Brasil e são apontadas as principais legislações pertinentes ao tema. Em seguida a teoria do desenvolvimento humano de Amartya Sen é discutida. Aqui discorre-se sobre as liberdades substantivas e instrumentais e a sobre a abordagem das capacitações. Esta seção finaliza com a apresentação do histórico do objeto de estudo da presente pesquisa, a Cooperativa de Trabalho e Renda Univale.

### 2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária (ECOSOL) nasceu como uma proposta de inclusão social, como uma busca por uma alternativa coletiva de geração de trabalho e renda para os trabalhadores e suas famílias. Surgiu no Brasil a partir dos anos 80, originada de experiências ocorridas nos meios populares rurais e urbanos. Porém, foi nos anos 90 que se generalizou e adquiriu maior espaço e reconhecimento no país (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010). A ECOSOL surge como um conjunto de experiências com inspiração no antigo cooperativismo, com iniciativas de trabalho associativo, em que um grande número de trabalhadores enfrentam o desemprego participando de pequenos empreendimentos de produção e comercialização como cooperativas de produção, feiras de trocas, cooperativas de consumo, fábricas recuperadas, entre outros (ZAMORA, 2012).

Segundo Singer (2002), no Brasil o cooperativismo popular e autogestionário, na perspectiva da ECOSOL, emergiu de uma realidade globalizada, com altos níveis de exclusão social. Disso resultou um público-alvo muito específico: trabalhadores excluídos não apenas do processo produtivo formal, mas, na sua maioria, do acesso à educação, da oportunidade de participar criticamente como cidadãos do aparato social constituinte do seu tempo, da sua história.

Historicamente, observa-se que os primeiros indícios de uma economia solidária surgiram a partir do movimento de operários que se uniram e assumiram massas falidas de empresas onde trabalhavam, caracterizando, assim, as primeiras cooperativas de produção

brasileiras (SINGER, 2000). Pouco tempo depois, foi criada a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG), que reunia as experiências de outros coletivos e, conseqüentemente, se tornou referência metodológica na construção das novas relações de trabalho. Logo essas práticas começaram a tomar força e visibilidade no país e outros setores passaram a ter interesse pela temática, surgindo, então, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), nas universidades públicas e privadas, sendo que essas se dedicam a organizar e prestar assessoria às cooperativas populares. É importante destacar, também, a Rede Unitrabalho, que é uma rede de universidades que realiza pesquisas e desenvolve ações sobre o mundo do trabalho, e a Agência de Desenvolvimento Solidário, que está ligada à Central Única dos Trabalhadores - ADS/CUT (FLORES, 2014). Singer (2014) entende que a ECOSOL no Brasil já é vista como uma escolha de seus participantes, uma alternativa ao modelo de emprego característico das empresas tradicionais.

No ano de 2003, aconteceram dois fatos de grande relevância para a ECOSOL brasileira, oriundos da III Plenária de economia solidária, que contava com delegados de todos os Estados. Esses fatos foram: a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, que ficou responsável pelas iniciativas governamentais de apoio e fomento à ECOSOL; e a fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que dá, em âmbito nacional, visibilidade e representatividade para as organizações pertencentes à ECOSOL (FLORES, 2014). A SENAES, no ano de 2017, no governo Temer, perdeu seu *status* de secretaria, passando a ser uma subsecretaria, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. A esse histórico Singer adiciona a criação da Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária:

A Senaes foi criada em 2003 pelo presidente Lula, em cumprimento do seu programa de governo e tendo em vista a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro e a execução da sua meta prioritária de então: o Programa Fome Zero. Com a criação da Senaes, o movimento de economia solidária, presente em parte do território, rapidamente se expandiu, tornando-se nacional. Em associação a instalação da secretaria, em junho de 2003, foram criados o FBES e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (SINGER, 2014 p. 90).

O diferencial na ECOSOL frente à economia capitalista tradicional é que os trabalhadores organizam-se de forma coletiva, tendo como objetivo principal garantir sua própria renda. Homens e mulheres buscam, através do trabalho coletivo, uma alternativa para gerar trabalho e renda. Desta forma, a economia solidária promove o desenvolvimento econômico e social (SINGER, 2011).

A ECOSOL, para Kuyven e Kappes (2013), alia práticas econômicas à solidariedade, por meio do trabalho associativo e autogestionário, com propriedade coletiva, respeito ao meio ambiente, com distribuição de riquezas e desenvolvimento sustentável. Zamora complementa:

A economia solidária apresenta um conjunto de experiências que, se por um lado estão inseridas no mercado capitalista, mantendo a característica de produzir mercadorias, por outro apresentam inovações no processo de produção e na distribuição do excedente econômico. Estas inovações favorecem os trabalhadores e se encontram em desacordo com a lógica do capital (2012 p 29).

Ou seja, a ECOSOL é uma forma diferente de produzir, vender, comprar e/ou trocar o que é preciso para se viver, através do trabalho coletivo e igualitário. É uma opção para gerar oportunidades de trabalho e renda e, ao mesmo tempo, uma alternativa para a inclusão social, para aqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal. São diferentes práticas econômicas e sociais que compõem, de forma coletiva, a estrutura da ECOSOL, formando, assim, uma rede, que se inicia na produção e vai até a comercialização do produto ou serviço, assim como o fomento financeiro (BRASIL, 2015d). Singer (2008) também coloca que a ECOSOL se faz através de uma produção com bases igualitárias, pois o trabalho deve ser coletivo. Logo, os envolvidos cooperam entre si, sem que haja competição ou diferenciação.

Singer (2002) reforça que a ECOSOL tem como principais características: práticas econômicas associativas de iniciativa dos trabalhadores/as; socialização dos meios de produção; cooperação no trabalho; gestão participativa e democrática; minimização da presença de relações assalariadas. Ainda, segundo Arruda, a ECOSOL (2003, p. 237):

[...]é um sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie.

Para a SENAES (2007) a ECOSOL é uma prática regida pelos valores de autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável global e coletivo. Também é entendida como uma estratégia de enfrentamento da exclusão social e da precarização do trabalho, sustentada em formas coletivas, justas e solidárias de geração de trabalho e renda.

Os empreendimentos econômicos solidários (EES), segundo Gaiger (1999), objetivam garantir renda, benefícios decorrentes da atividade econômica e atendimento de necessidades

materiais e sociais de seus integrantes, além de estimular o envolvimento comunitário e cidadão, com base na experiência popular, de sobrevivência econômica, organização e solidariedade. Os empreendimentos da ECOSOL, assim, têm como características a solidariedade, o mutualismo, a cooperação e a autogestão. Um elemento comum entre os empreendimentos é a forma de organização do trabalho, que se dá através da coletividade, tanto para a execução das atividades quanto para a solução dos problemas enfrentados, os quais retomam as características do cooperativismo, como a procura por alternativas coletivas para problemas comuns (MACIEL, 2016).

Um dos princípios básicos e de fundamental importância para a ECOSOL é a autogestão, marcada por processos coletivos e democráticos de decisão, que permite que todos os participantes tenham voz e voto nas assembleias coletivas de decisões (SINGER, 2002). Brasil (2015) conceitua a ECOSOL como a união de ações formadas pela autogestão, voltadas para produção, distribuição, consumo, poupança e crédito. Com esse entendimento, reforça quatro características definidoras da ECOSOL, mas que são insuficientes como se discute a seguir: cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade, as quais são definidas conceitualmente abaixo:

- a) cooperação: haver empenho, aliança e competências para propósito comuns, bem como distribuir responsabilidades e resultados.
- b) autogestão: exercício de papel participativo nas ações rotineiras e nas e ações estratégicas, promovendo o verdadeiro processo de gestão desempenhado por seus legítimos atores.
- c) dimensão Econômica: princípio motivador para o empenho de recursos pessoais, produção e consumo.
- d) solidariedade: envolve um conjunto de aspectos que fortalecem tal característica: partilha igualitária dos resultados; valorização e desenvolvimento para os participantes; retorno à comunidade, preservação do ambiente e, entre outros, o respeito ao trabalhador/trabalhadora.

Desta forma, segundo Brochier (2015), pode-se compreender a ECOSOL como uma nova forma de desenvolvimento sustentável, tentando reduzir a distinção de raça, gênero, idade, e dividindo os resultados econômicos, políticos e culturais com igualdade. Segundo Cerato:

A economia solidária não está resumida ao lucro ou a um produto. Ela é a adoção de um conceito que vai além da economia propriamente dita. Essa economia de fato é solidária, respeita a cultura local, a luta pela cidadania, busca o consumo sustentável, atende diversos tipos de cooperados e luta pela cidadania (CERATO, 2014 p. 54).

Percebe-se dessa forma que a ECOSOL tem um olhar diferenciado para as relações de mercado. Isso porque, segundo Gaiger (2004), a ECOSOL é caracterizada por oito, e não quatro como no documento da SENAES, princípios que são: democracia, igualdade, participação, cooperação, autogestão, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Com democracia, os cooperados desempenham o comprometimento com o coletivo, por meio da participação de cada um, para a construção da coletividade. O princípio do igualitarismo faz as relações serem iguais. Já a autossustentação incentiva a autonomia no trabalho coletivo. O princípio do desenvolvimento humano faz com que os processos e as trocas no trabalho coletivo gerem o desenvolvimento dos indivíduos enquanto pessoas. A responsabilidade social estimula o entendimento das obrigações como parte da sociedade. Na cooperação, estimulam-se as práticas colaborativas, e a autogestão gera a oportunidade que o próprio trabalhador execute a gestão do empreendimento, causando maior sentido na sua participação na ECOSOL. Desta forma, os princípios reafirmam os objetivos pelos quais a economia solidária cresce, ou seja, pela necessidade de geração de oportunidades de trabalho e renda (BROCHIER, 2015).

A SENAES também possui um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, o SIES, que tem como principal finalidade a constituição de uma base nacional de informações e dados sobre a ECOSOL, e, desde a sua inauguração em 2004, reúne informações sobre EES em todo o país. O primeiro mapeamento, feito no ano de 2005, cadastrou 14.954 empreendimentos. Já o segundo, realizado em 2007, identificou um crescimento de mais 6.905 unidades, totalizando 21.859 EES. O terceiro mapeamento aconteceu nos anos de 2010 a 2012, e identificou 11.869 novos empreendimentos no país. Desta forma, durante os anos de 2005 a 2012, 33.522 empreendimentos foram mapeados no Brasil (BRASIL,2013).

Nesses EES estão 1.423.631 trabalhadores/as que buscam uma alternativa de trabalho e renda, representando em média 72 trabalhadores por empreendimento, sendo que 56,4% dos trabalhadores/as (803.373) são homens e 43,6% (620.258) são mulheres (BRASIL,2013).

O terceiro mapeamento, divulgado em 2013, identificou 19.708 empreendimentos cadastrados no SIES. Essa diferença se explica porque, o último levantamento, além de

cadastrar novos empreendimentos no SIES, revisitou os que já estavam no sistema, sendo que, dos 21.859 que já constavam no SIES, somente 7.839 foram atualizados e incluídos na base de dados 2010-2012, já que os outros não foram encontrados, ou seja, não existem mais ou não atendem mais aos critérios do SIES. Desta forma, a base de dados do SIES mais recente, chamada de Mapa da Economia Solidária no Brasil, possui 19.708 empreendimentos de economia solidária cadastrados. Na Região Sul se encontram 3.292 empreendimentos, representando 16,7% do total de empreendimentos do Brasil (BRASIL,2013).

O Mapa apresenta resultados interessantes. A maior parte dos empreendimentos são associações (60%), cooperativas (8,8%) e sociedades mercantis (0,6%). Destaca-se que a quantidade de grupos informais é relativamente alto (30,5%), mas isto também significa dizer que cerca de 70% dos empreendimentos no Brasil são formalizados (BRASIL,2013).

Quanto à categoria social dos trabalhadores pertencentes aos empreendimentos do país, a maioria é de agricultores familiares, com 55%, seguido por artesãos, que representam 18%. Destaca-se, pela relevância para a presente pesquisa, que os catadores de materiais recicláveis no mapeamento representam 3% na categoria social dos trabalhadores no Brasil. Entre as demais informações que o mapa trouxe, salienta-se que, do total de empreendimentos do país, 331 trabalham com coleta de materiais recicláveis e 315 com a triagem desses resíduos (BRASIL,2013).

No século XXI, cresceram as articulações entre organizações de ECOSOL e foram criadas redes e fóruns, que acarretam na ampliação da capacidade de participar dos processos de políticas públicas. (ZEELAND, 2016). Além do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, que envolve empreendimentos de economia solidária de todo o Brasil, há também uma articulação da ECOSOL através de fóruns estaduais e municipais (BROCHIER, 2015).

Uma iniciativa recente importante na ECOSOL são as redes e cadeias produtivas. Para Mance (2001), as redes solidárias de cooperação, utilizadas pela ECOSOL, são alicerçadas na colaboração solidária e na procura pelo bem viver individual e coletivo, permitindo a não exclusão das pessoas do processo produtivo, assim como diminuindo a degradação dos ecossistemas. As redes são a união dos EES na busca por ampliar seus benefícios coletivos.

Nesse contexto maior da ECOSOL, os catadores de materiais recicláveis encontraram na organização em EES a possibilidade de conquistar reconhecimento de seu trabalho e garantir políticas públicas para sua categoria. Na seção seguinte é apresentado um breve histórico dos catadores de materiais recicláveis no Brasil.

## 2.2 OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Apesar de se haver indícios da existência da função de catadores desde o século XIX, a organização destes indivíduos se iniciou nos anos 80 do século XX, a partir do Movimento Comunidade dos Sofredores de Rua, criado no município de São Paulo. Este evento reuniu as primeiras associações de catadores de papel e papelão, catadores individuais e a COOPAMARE (Cooperativa dos catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis), fundada na cidade de São Paulo em 1989, sendo a primeira cooperativa de reciclagem do país (PINHEL, 2013).

Em 1990, começaram as iniciativas de inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis, fomentadas pelo poder público, organizações não governamentais, instituições sociais e incubadoras universitárias. A coleta seletiva passou a ser realizada em vários municípios, o que fez com que os catadores individuais formassem associações e cooperativas para a prestação de serviços de coleta (PINHEL, 2013). No ano de 1998 o Fórum Nacional do Lixo e Cidadania discutiu na cidade de Brasília, a importância de se conscientizar a população sobre o trabalho do catador, a defesa da organização e a busca por parcerias (COSTA, 2008). Em 1999, em Belo Horizonte, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável, e assim nasceu de forma oficial o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (COSTA, 2008). Hoje, segundo Zeeland (2016, p. 64), “Atualmente o MNCR está presente em quase todos os estados do Brasil. Por meio das associações e cooperativas são organizados milhares de catadoras e catadores que atuam na coleta, triagem e beneficiamento de materiais recicláveis”.

Segundo Schwengber (2015) para o MNCR, durante o processo de organização do movimento, a maior conquista foi interna, pois eles passaram a pensar e a trabalhar pela mobilização e união da categoria.

Os princípios que guiam a luta do MNCR são parecidos com aqueles que orientam a ECOSOL: auto-gestão; ação direta; independência de classe; solidariedade de classe; democracia direta e apoio mútuo. Seguindo os seus princípios, o movimento apresenta como missão colaborar para a constituição de sociedades justas e sustentáveis, por meio da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, estejam eles em lixões a céu aberto, nas ruas ou em processo de organização (MNCR, 2008).

Antes da inserção do catador como profissional, a partir do primeiro Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em 2001, na capital federal Brasília, que reuniu 1.700 catadores, os mesmos atuavam nas ruas das cidades, lixões,



associações e cooperativas de reciclagem sem reconhecimento oficial. Esse congresso resultou na construção de um documento oficial. Iniciou-se então o movimento pelo reconhecimento do profissional catador, uma das grandes demandas do movimento (SCHWENGBER, 2015).

Em 2001, com a organização do MNCR e, em 2004, com a fundação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), a coordenação política desses atores sociais cresceu exponencialmente e colaborou para colocá-los no mapa das políticas públicas (SANT'ANA, METELLO, 2016).

Para o MNCR (2011), o seu surgimento aumentou a luta dos catadores por uma vida mais digna. O movimento entende que os catadores são historicamente excluídos da sociedade, e vários desses trabalhadores permanecem sobrevivendo precariamente em lixões e nas ruas. O MNCR ainda reforça que a coleta de materiais recicláveis é para os catadores garantia de alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência para uma parcela significativa dos brasileiros. Sant'Ana e Metello (2016, p. 23) corroboram essa visão:

A partir da criação do MNCR, essa representação se tornou mais intensa na medida em que a organização do movimento possibilitou a expressão das demandas dos catadores pelos próprios catadores. O que significa que, além das instituições de apoio – que continuaram a ocupar um papel importante na mobilização e no suporte às causas relativas ao catador -, eles passaram a contar com uma organização nascida no seio da atividade de catação e que era organizada, gerida, planejada e formulada pelos próprios catadores.

Ferreira e Anjos (2001) apresentam o perfil de catadores subdivididos em três categorias: catadores de rua, catadores cooperados e catadores de lixão. Designa-se como catadores de rua o grupo que coleta sacos de lixo depositados pela população na rua, pelo comércio local ou pelas indústrias, tendo seu próprio transporte ajustado para carga, sendo utilizadas com mais frequência para transporte as carroças. Os catadores que são considerados cooperativados e autogestionários são os que realizam serviço de coleta seletiva de maneira articulada e organizada, com qualidade, originando trabalho e renda de forma contínua. Já os catadores de lixão encontram-se em situação de exclusão social, sendo os que realizam a coleta direta nos lixões das cidades e que estão excluídos de qualquer forma de assistência e organização.

Segundo Miura (2004) o lixo tem conotação negativa construída socialmente, ou seja, lixo é aquilo que é jogado fora, que gera asco, discriminação e preconceito. Em contraponto, para os catadores, o lixo representa seu meio de vida, a maneira de garantir sua sobrevivência, a sua forma de ingressar no mercado de trabalho. Para a autora, tornar-se catador é percebido

pelos próprios como forma de dignidade e maneira legítima de se conquistar renda. É uma atividade que faz do excluído um trabalhador inserido no mundo do trabalho, diferenciando-o do mendigo ou do vadio. Por tanto, é uma atividade de orgulho e dignidade para os catadores.

Somente no ano de 2002 os catadores foram reconhecidos como uma profissão, sendo inseridos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO94), uma grande vitória para a categoria. Este reconhecimento indicava um passo importante para o resgate da dignidade desses trabalhadores, visto que isso os inseriu no campo das políticas públicas. Na Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2010b) registrada pelo número 5192, se encontram os tipos de trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável, separados em três subdivisões: catador de material reciclável, selecionador de material reciclável e operador de prensa de material reciclável. Entende-se por catador de material reciclável todo catador de ferro-velho, papel e papelão, sucata, vasilhames de plástico ou de vidro e enfardador de sucata, que o trabalho aconteça em cooperativas ou associações. Existem também os catadores individuais que comercializam os materiais coletados para associações, cooperativas ou “sucatóes” e buscam melhores preços, sem vínculos pessoais ou profissionais. Já os sucateiros atuam como microempresários, sem nenhum tipo de relação com os movimentos cooperativistas ou da economia solidária (BRASIL, 2010b).

Os trabalhadores que separam os materiais recicláveis e as sucatas são os selecionadores de material reciclável. Esses podem ser também chamados de triadores de material reciclável e/ou de sucata. Para a Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2010b), compete a este grupo de catadores: organizar o material para a expedição, operar o triturador e fazer manutenção do ambiente e de equipamentos de trabalho, fabricar e realizar a manutenção de carrinhos e/ou carroças, tratar os animais se houver essa necessidade, manter as instalações da cooperativa ou associação limpas, assim como os recipientes e locais de coleta, a prensa, a balança e lubrificar e fazer reparos pequenos nos equipamentos. O catador operador de prensa de material reciclável, conhecido como enfardador de material de sucata, preneiro ou prensista é a última subdivisão (BRASIL, 2010b). Um outro avanço institucional se deu com o Decreto 5.940/2006:

No ano de 2006, foi assinado o Decreto no 5.940, que instituiu a obrigatoriedade da coleta seletiva solidária, com catadores, em órgãos públicos federais. Além da conquista do decreto em si, o momento de sua assinatura foi marcado por muita comoção, uma vez que centenas de catadores e catadoras foram convidadas a ocupar um grande salão do Palácio do Planalto pela primeira vez (SANT'ANA; METELLO, 2016 p.29).

O catador enquanto profissão vem ao longo do tempo se fortalecendo, conquistando espaço nos fóruns, nas discussões acadêmicas e junto ao poder público. Contudo, a ocupação ainda é pouco valorizada pela sociedade e diversas vezes é associada à falta de interesse dos catadores em procurar um trabalho formal ou por exclusão pela falta de escolaridade. A valorização das cooperativas de catadores de materiais recicláveis é de grande importância, visto que,

Dentro do espaço da cooperativa de reciclagem, na instituição, está o catador. Uma profissão desvalorizada pela sociedade e associada muitas vezes à falta de interesse em busca de um trabalho formal ou pela exclusão devido à sua falta de escolaridade (CERATO, 2014 p. 53).

Por esses motivos o catador ainda não é reconhecido como profissional que presta um serviço de grande importância ambiental (MIURA, 2004).

Outra grande conquista dos catadores de materiais recicláveis do Brasil foi a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) pela lei nº 12.305 em 02 de agosto de 2010, que tem como uma de suas metas tornar o catador parte do ciclo de vida dos produtos por meio da coleta seletiva, protegendo a saúde pública e a qualidade ambiental. Cerato coloca que “A reciclagem possibilita um novo olhar para a quilo que era apenas descarte. Ensina a não desperdiçar e a ver o lixo como algo que pode ser útil, gerando renda, e não como uma ameaça” (CERATO, 2014 p. 48).

É importante ressaltar que, no Brasil, de acordo com Sant’Ana e Metello (2016) no último relatório do IPEA, tem sido instituído nos últimos anos uma série de atos normativos na forma de leis, regulamentos, decretos, portarias e normas sobre a gestão dos resíduos sólidos, muito em medida da pressão popular e de organizações sociais preocupadas com o meio ambiente e a saúde humana.

A PNRS considera e garante uma parceria e valoriza os catadores, pois reforça em seu texto que seja implantada a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (BRASIL, 2010a). A PNRS, quando apresenta a coleta de resíduos sólidos, previamente segregados conforme sua constituição ou composição com recursos de mobilização popular e valorização do trabalho realizado, dá o devido destaque e um relevante benefício aos catadores. Esses trabalhadores estão presentes em diversos artigos da lei através de incentivos a mecanismos que fortaleçam a atuação de associações ou cooperativas, o que é fundamental na gestão dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010a).

Com a PNRS, os municípios precisam construir seus planos de gerenciamento ambiental de resíduos sólidos com ampla participação social, contendo metas e estratégias apropriadas para a realidade local. A efetiva participação do catador na construção desta política no seu município é de extrema relevância, já que estes são os atores principais para a concretização da lei (SCHWENGBER, 2015).

A Lei 12.305/2010 conceitua resíduos sólidos urbanos como aqueles procedentes de atividades domésticas em residências urbanas, serviços de saúde, comércio e os oriundos da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana (BRASIL, 2010a). Para Schwengber (2015), lixo e resíduos sólidos urbanos são sinônimos quando apresentam a mesma origem de descarte, ou seja, originários das atividades humanas e que estejam no estado sólido. Os resíduos sólidos urbanos, secos e inorgânicos, são os que proporcionam maior valor para o ciclo da reciclagem, podendo se transformar em matéria prima para produção de novos produtos (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013). De acordo com Cerato (2014 p. 47):

A reciclagem é considerada a mais adequada opção tanto ecológica quanto econômica em relação aos resíduos sólidos. Ela diminui o acúmulo de detritos na natureza e a reutilização dos materiais, tornando-se novamente matéria-prima para novas possibilidades de uso.

A coleta, triagem e reintrodução destes materiais no ciclo da reciclagem proporcionam vantagens além das econômicas, pois reduzindo a extração de matéria prima da natureza e diminuindo o impacto do descarte incorreto dos resíduos gera grandes ganhos ambientais. A PNRS incentiva a inclusão dos catadores individuais nas associações e cooperativas de reciclagem com a finalidade de contribuir para a melhoria do ambiente de trabalho, reduzindo os riscos à saúde e aumentando a renda desses profissionais (BRASIL, 2010a).

Uma das formas mais utilizadas pelos catadores para conquistarem seu lugar no mercado de trabalho é a constituição de cooperativas de reciclagem. Com a união em cooperativas e/ ou associação, esses trabalhadores deram início a uma forma de cooperação pela comercialização em conjunto em que as cooperativas, em sua maioria, são pautadas com base na ECOSOL e os meios de produção e a renda são distribuídos entre os trabalhadores. A inserção dos catadores individuais nas cooperativas pode contribuir para a sua inclusão social. “Muitos catadores individuais sentem-se excluídos e sozinhos; por isso aproximam-se das cooperativas como forma de estar participando de um grupo e de um espaço de trabalho” (CERATO, 2014, p. 56).

Assim, ações de comercialização que eram individuais começaram a ser coletivas, ou seja, catam individualmente, mas vendem coletivamente, agregando valor aos recicláveis vendidos (CARVALHO, 2008). Trata-se de uma maneira de trabalho colaborativo, em que as cooperativas, em sua grande maioria, são pensadas e organizadas com base na ECOSOL, e em que os meios de produção e a renda gerada são distribuídos de forma igualitária entre os trabalhadores.

As cooperativas surgiram a partir do âmbito da cooperação, do trabalhar de forma mútua, em que sua principal característica é a solidariedade. Esse espaço de trabalho está relacionado ao forte desejo de emancipação da economia, porém de forma humana e igualitária. Ela emerge das próprias práticas de vida, das mãos operárias e dos movimentos de todo o povo (CERATO, 2014, p. 54).

As cooperativas de reciclagem, quando auxiliadas por entidades de apoio, como as universidades, por movimento político emancipatório ou pelo próprio poder público, trabalham tendo como base a ECOSOL, que possui a autogestão como um dos seus principais valores, e desta forma possuem uma gestão compartilhada e democrática em que todos têm o direito de participar dos processos decisórios, buscando o bem comum para a cooperativa e para seus cooperativados (SINGER, 2002).

Os catadores propõem um modelo de organização cooperativa para a atividade econômica da reciclagem, tendo como perspectiva o fato de que o impulso a essa atividade e os benefícios econômicos de sua ampliação devem ser repartidos de forma justa, proporcional ao trabalho realizado e de forma solidária (SANT'ANA, METELLO, 2016, p.24).

O objetivo fundamental das cooperativas formadas neste modelo é originar trabalho, renda e melhores condições de vida para uma parte excluída da população. Para Schwengber (2015) além de questões econômicas, as cooperativas de triagem de matérias recicláveis realizam o seu trabalho impactando diretamente na preservação do meio ambiente.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2012) no Brasil existem entre 400 e 600 mil catadores de materiais recicláveis. Destaque-se que a maioria é catador individual no trabalho informal, o que lhes proporciona uma renda baixa e instável e condições precárias de trabalho. Estão organizados em associações e cooperativas por volta de 60 mil catadores, cerca de 10% do total. No Brasil existem ao menos 1.100 organizações de catadores de materiais recicláveis, a maior parte dos catadores e suas organizações encontram-se nas regiões Sul e Sudeste do país. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ainda apresenta em seu estudo que a renda média dos catadores é menor que um salário mínimo (IPEA, 2012).

Utilizando os princípios da ECOSOL, os catadores, através da organização em cooperativas solidárias, buscam gerar trabalho e renda. Nota-se que a ECOSOL tem como preocupação a promoção da cidadania, a democracia como fonte de decisões e a cooperação entre os trabalhadores, mas sempre levando em consideração a perspectiva de geração de trabalho e renda, buscando o desenvolvimento social. Contudo, para alcançar os objetivos da ECOSOL os EES e seus membros necessitam também desenvolver fatores mais subjetivos, podendo contribuir para o desenvolvimento das liberdades instrumentais de seus participantes, gerando assim desenvolvimento humano, aspecto discutido na próxima seção.

### 2.3 O DESENVOLVIMENTO HUMANO EM AMARTYA SEN

O desenvolvimento pode ser entendido com foco no crescimento econômico, particularmente em aumentar o Produto Nacional Bruto (PNB) per capita, na ampliação de rendas dos indivíduos, na industrialização, no avanço tecnológico ou na modernização social. Dessa forma se entende que a renda é o potencializador da qualidade de vida. Por outro lado, segundo Sen

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele (SEN, 2010, p 28).

Países ricos em termos econômicos convencionais, isto é, em termo do valor das mercadorias produzidas per capita, podem ser muito pobres na qualidade de vida dos seus habitantes. A África do Sul por exemplo, que possui um Produto Interno Bruto per capita cinco ou seis vezes maior que os do Sri Lanka ou da China, tem uma expectativa de vida menor, e a mesma situação se observa em diversos outros países. Isso sugere que países com PIBs per capita elevados podem vir a apresentar índices baixos de qualidade de vida, como mortalidade prematura para a maioria da população, alta morbidade evitável, alta taxa de analfabetismo e assim por diante.

Destaca-se que a prosperidade econômica é apenas um dos meios para enriquecer a vida das pessoas. Não se pode conferir a ela o estatuto de objetivo exclusivo a alcançar. E mesmo como um meio, apenas o crescimento da riqueza econômica pode não ser eficaz na consecução de fins verdadeiramente valiosos sob outros critérios.

O crescimento dos recursos materiais compõe uma parte importante e necessária do desenvolvimento econômico. Desta forma, o desenvolvimento não deve desconhecer a

necessidade de expansão da oferta de alimentação, educação, vestimentas, serviços de saúde, habitação, e ainda de modificar a estrutura produtiva da economia e outras transformações importantes, que estão agregadas ao crescimento econômico.

Pode-se entender o PNB como uma avaliação de meios, sendo necessário conhecer como os indivíduos aproveitam estes meios e são capazes de transformá-los em melhores condições de vida. A avaliação do desenvolvimento precisa ir além do número do PNB per capita, mesmo que várias complicações de mensuração necessitem ser superadas.

Diferente do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento humano busca a ampliação das liberdades reais de cada pessoa, sendo que nesse conceito as liberdades são vistas tanto como o fim como o principal meio do processo completo do desenvolvimento, diferente do econômico, que é tido como objetivo final. Desta forma, entende-se que o desenvolvimento tem o indivíduo como centro, levando em consideração as dimensões econômicas, políticas e sociais para o desenvolvimento, e apresentando como teoria principal a importante contribuição de Amartya Sen.

A liberdade é necessária para que o indivíduo possa se desenvolver, pois é através dela que as pessoas são capazes de demonstrar suas vontades e/ou desejos que, por motivos individuais ou coletivos, têm razão para dar valor. Além disso, é importante destacar que é através da liberdade que o indivíduo pode interferir em seu próprio destino. Segundo Sen, “Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (SEN, 2010, p 33).

As liberdades substantivas têm duas motivações centrais para serem determinantes na longa jornada para o desenvolvimento. Em primeiro lugar, é uma razão avaliatória, o que significa que só há desenvolvimento no momento em que houver aumento das liberdades individuais e/ou coletivas da sociedade. É por meio das liberdades substantivas que nascem as melhorias das oportunidades das pessoas. O caminho do desenvolvimento deve também ser medido através dos meios e modos de promovê-lo, segundo as liberdades substantivas que as pessoas usufruem. Em segundo lugar, é uma razão da eficácia, pois as liberdades têm a qualidade de apresentar as capacidades do indivíduo de realizar ações que influenciem a sociedade e majoritariamente a sua qualidade de vida. Podemos comparar esta razão com a força que realiza e dinamiza as mudanças, já que é através do entrelaçamento dos vários tipos de liberdade que o desenvolvimento se desdobra e alcança sua meta. Segundo Sen (2010, p. 29), “o desenvolvimento tem de estar relacionado sobre tudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”. Aumentar as liberdades que temos conhecimento

para valorizar, além de tornar nossa vida mais rica, também nos influencia para que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossos anseios, interagindo com o meio em que vivemos e influenciando esse mundo.

O exercício da liberdade, pela atividade de participação e de escolha social, tem o poder de influir nas condições institucionais do ambiente em que esse exercício é feito. As conquistas positivas dos sujeitos têm como cenário um ambiente de liberdades políticas, oportunidades econômicas, poderes sociais e condições habilitadoras, como saúde e educação.

No meio e época em que vivemos a existência de diversas privações que atingem as mais diversas camadas da população é uma realidade e infelizmente esta situação atinge muitos indivíduos. Um dos exemplos que temos destas privações é a econômica, como não ter acesso a residência e alimentação adequadas, indisponibilidade de água potável e ao saneamento básico, inexistência de oportunidade de qualificação pessoal e profissional, de atendimento clínico e empregabilidade. Também podemos citar a inadequação, a negligência ou o descaso de alguns serviços públicos como a segurança, a assistência social, a transparência das ações e objetivos e a falta de confiança em algumas instituições.

Quando as pessoas não têm acesso à educação de qualidade, o mesmo pode vir a ter dificuldades para compreender as informações básicas sobre doenças e prevenção dessas, de compreenderem seus direitos e questionar a respeito dos mesmos. Além disso, sabe-se que a falta da educação cria condições para manobras da população pelos veículos de comunicação comercial.

### **2.3.1 Liberdades substantivas e instrumentais**

A abordagem utilizada, tal como sugerida por Sen (2010), classifica a expansão das liberdades dos indivíduos como o principal fim e, em paralelo, como meio fundamental para o desenvolvimento dos seres humanos, sendo conferidos respectivamente a essas características seus papéis constitutivo e instrumental. O papel constitutivo da liberdade substantiva tem relação com a melhora em si da vida humana, distintamente do papel instrumental da liberdade, que se refere ao modo como os direitos, as dotações e as oportunidades colaboram para o aumento das liberdades humanas em geral.

O papel constitutivo pode ser exemplificado pela livre expressão política e social e pela capacidade das pessoas em praticar seus direitos civis. Ainda pode estar relacionado à capacidade de ler, compreender campanhas governamentais de prevenção a doenças, possuir acesso à informação pública, possuir a capacidade de utilizar a matemática básica, a



capacidade de ter uma expectativa de vida razoável e não de uma morte prematura, a chance de possuir uma alimentação apropriada e acesso à água limpa. Esses exemplos citados são meramente constituintes do desenvolvimento.

Já para o papel instrumental da liberdade segundo Sen (2010, p 57) “concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e entitamentos<sup>1\*</sup> [entitlements] contribuem para e expansão da liberdade humana em geral e assim para a promoção do desenvolvimento”.

De acordo com o autor, “Na visão do “desenvolvimento como liberdade”, as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral” (SEN, 2010, p 25, grifo do autor).

As liberdades instrumentais, segundo Sen (2010), são um conjunto de dotações, oportunidades e bens que a pessoa tem disponível para alcançar suas necessidades e exercer suas atividades. É relevante destacar que as conexões entre os vários tipos de liberdade instrumental são capazes de gerar um efeito de maior amplitude para a promoção do desenvolvimento do que de forma separada. Portanto, é admissível verificar que a expansão de um determinado tipo de liberdade é capaz de influenciar de forma positiva a expansão de outra(s) liberdade(s), através dos seus efeitos complementar e sinérgico.

Essas Liberdades instrumentais tendem a contribuir para a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente, mas também têm o efeito de complementar umas às outras. Embora a análise do desenvolvimento deva, por um lado, ocupar-se dos objetivos e anseios que tornam essas liberdades instrumentais consequencialmente importantes, deve ainda levar em conta os encadeamentos empíricos que vinculam os tipos distintos de liberdade um ao outro, reforçando sua importância conjunta (SEN, 2010 p 58).

Os tipos de liberdades instrumentais identificadas por Sen (2010) são: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora, as quais representam diretamente os tipos de crescimento das capacidades humanas em geral. Estes exemplos de liberdades instrumentais facilitam o entendimento do papel e dos objetivos do desenvolvimento humano, pois por meio de suas trocas os indivíduos se tornam livres para optar por uma vida que elas com razão apreciam.

---

<sup>1\*</sup> O entitlements de uma pessoa é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa. Em uma economia de mercado com propriedade privada, o conjunto dos entitlements de uma pessoa é determinado pelo pacote original de bens que ela possui (denominado “dotação”) e pelos vários pacotes alternativos que ela pode adquirir, começando com cada dotação inicial, por meio de comércio e produção (denominado seu “entitlements de troca”). Uma pessoa passa fome quando seu entitlements não inclui, no conjunto [que é formado pelos pacotes alternativos de bens que ela pode adquirir] nenhum pacote de bens que contenha uma quantidade adequada de alimento. Segundo Sen (2010, p. 57, apud DRÈZE, SEN, 1989).

Com relação às liberdades políticas, Sen afirma que:

As liberdades políticas, amplamente concebidas (incluindo o que se denominam direitos civis), referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluir a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos etc. Incluem os direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangentes (abarcando oportunidades de diálogo político, dissensão e crítica, bem como o direito de voto e seleção participativa de legisladores e executivos) (SEN, 2010, p. 58).

Como tipos de liberdades políticas evidenciam-se a participação das pessoas no processo de decisão referente às formas de legislação, normas e tradições adotadas, o acontecimento de eleições democráticas dos representantes dos interesses da sociedade (governantes e legisladores), a atitude de influenciar e vigiar as atitudes destes representantes etc. Ainda são tipos de liberdades políticas o multipartidarismo, a livre expressão e a liberdade de imprensa. Seguramente a participação individual é dependente do conhecimento, das informações e da instrução básica dos indivíduos.

Sobre as facilidades econômicas, Sen assevera que:

As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Os intitamentos econômicos que uma pessoa tem dependerão dos seus recursos disponíveis, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento do mercado. À medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza de uma país, estas se refletem no correspondente aumento de intitamentos econômicos da população (SEN, 2010, p. 58).

As facilidades econômicas podem ser representadas por exemplos como o sistema de liberdade de mercado, a garantia de transações livres para bens e serviços, os programas de crédito, o sistema de redistribuição da renda por meio do sistema tributário assim como os incentivos para novos empreendimentos. Ressalta-se que o acréscimo da renda disponível, que, se remanejada, é capaz de melhorar as dotações econômicas das pessoas, podendo contribuir para o aumento da participação individual dos indivíduos na economia.

Sobre as oportunidades sociais, Sen coloca que:

Oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde e etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se de morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas (SEN, 2010, p. 59).

Para as oportunidades sociais podem-se citar como exemplos cursos e programas de capacitação profissional, educação básica, serviços públicos de saúde e de disseminação de informações, programas de geração de renda<sup>2</sup> e de recolocação no mercado de trabalho. Podem-se citar também como exemplos as campanhas de prevenção de doença, serviços sociais de acesso à cultura, entre outros. As oportunidades sociais, representadas pelo aumento da educação, é um ponto de grande relevância para o desenvolvimento das sociedades, pois por meio da educação pode-se diminuir as taxas de mortalidade infantil e de fecundidade, entre outras. Assim, as garantias sociais podem vir a ser providas e a sociedade poderá vislumbrar para um processo de desenvolvimento fundamentado nos recursos humanos.

A próxima liberdade instrumental trata das garantias de transparência. Segundo Sen

As garantias de transparência referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. Quando essa confiança é gravemente violada, a vida de muitas pessoas – tanto as envolvidas diretamente como terceiros – pode ser afetada negativamente. As garantias de transparência (incluindo o direito à revelação) podem, por tanto, ser uma categoria importante de liberdade instrumental. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas (SEN, 2010, p 60).

A liberdade instrumental representada pela garantia de transparência evidencia a necessidade de as pessoas fundarem suas transações em relações confiáveis, em impedir a corrupção e divulgar os culpados pelas violações do vínculo de confiança. A não existência desta confiança demonstra uma redução nas liberdades de transação que alteram a qualidade das negociações. É importante exemplificar o livre acesso às informações das ações e dos resultados das políticas governamentais como um exemplo de liberdade instrumental. Esses fatos são espelhos da credibilidade do governo, e a inexistência desta transparência abala a governabilidade, tornando mais difícil a implementação de programa ou projetos.

Finalmente, temos a segurança protetora. Segundo Sen “A segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte” (SEN, 2010, p 60).

Para a segurança protetora podemos usar como exemplos as instituições que asseguram o prosseguimento do provimento de serviços e bens básicos como alimentação nos casos de perda das fontes de renda, de calamidades e inversões conjunturais. São instituições

---

<sup>2</sup> Nota-se aqui uma relação com a Economia Solidária.

assistenciais, de segurança aos desempregados, como a criação de empregos públicos em casos emergenciais.

Para facilitar a compreensão dos conceitos expostos, o quadro 1 apresenta uma síntese das cinco principais liberdades instrumentais.

**Quadro 1 - Síntese das cinco principais liberdades instrumentais**

<b>LIBERDADES INSTRUMENTAIS</b>	<b>PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS</b>
Liberdades políticas	Liberdade de expressão, imprensa sem censura, liberdade de escolha de partidos políticos, direito ao voto.
Facilidades econômicas	Recursos disponíveis, condições de mercado, acesso a financiamento.
Oportunidades sociais	Educação, saúde.
Garantias de transparência	Direito à revelação e transparência de contas públicas.
Segurança protetora	Benefícios a desempregados, rendas suplementares para indigentes, distribuição de alimentos em crises de fome.

Fonte: Radomsky (2009, p. 113).

Algumas das conexões e interações das liberdades instrumentais podem ser apresentados pelos seguintes exemplos. As oportunidades sociais, como educação e saúde básicas, são responsáveis por ampliar as capacidades das pessoas e auxiliar a sua participação nos processos econômicos e sociais. Já as liberdades políticas transformam o cidadão em um participante ativo e que pode influenciar o seu próprio destino. A garantia de transparência nos seus vários processos de interação auxilia no descobrimento das facilidades econômicas, assim como a característica da segurança protetora. Essas conexões entre os variados tipos de liberdade instrumental retomam o conceito de desenvolvimento fundamentado na ampliação da liberdade das pessoas. Sen enfatiza que

Essas liberdades instrumentais aumentam diretamente as capacidades das pessoas, mas também suplementam-se mutuamente e podem, além disso, reforçar umas às outras. É importante apreender essas interligações ao deliberar sobre políticas de desenvolvimento. (SEN, 2010, p. 60).

A expansão das capacidades das pessoas pode se constatar pela prática de políticas públicas criadas para esse fim, como a educação básica, o acesso à informação e à saúde. A relação contrária também faz parte do processo a ser analisado, em que, usando dessas capacidades, a sociedade poderá influenciar no destino das políticas públicas por meio das liberdades políticas e de uma sociedade civil organizada. Pode-se constatar esses fatos quando a sociedade questiona e fiscaliza os atos e ações de seus governantes.

As liberdades substantivas, por sua vez, são essenciais e constitutivas do desenvolvimento. Liberdades individuais podem ser o resultado das conquistas sociais de um certo grupo, comunidade ou sociedade, no sentido amplo, adquiridas por meio de trocas de ideais e opiniões diversas. Esse confronto de opiniões é, por sua vez, a utilização das liberdades substantivas individuais, que resulta da criação e troca destas disposições e associações sociais, além das próprias concepções da sociedade.

Diante do apresentado, é necessário ressaltar a importância de se priorizar a melhoria nas condições e qualidade de vida, das oportunidades sociais e das demais liberdades instrumentais antes mesmo da busca pelo crescimento econômico contínuo, pois este se refere a um meio para o desenvolvimento e não um fim em si mesmo. Assim sendo, pode se entender que o ganho do direcionamento de políticas e recursos e das conexões entre os vários tipos de liberdade podem ser capazes de amparar o crescimento econômico, todavia em um patamar superior de desenvolvimento. Destaca-se como exemplo o caso de Kerala, um estado indiano que alcançou relevantes melhoras na qualidade de vida, no que tange aos aumentos na expectativa de vida, taxas de mortalidade e fecundidade reduzidas, além de alto nível de alfabetização, mas que infelizmente não alcançou elevado crescimento econômico. Esse caso pode ser apresentado como um contraponto com a visão tradicional de desenvolvimento.

### **2.3.2 A abordagem das capacitações**

O objetivo da abordagem das capacitações é aumentar o espaço informacional apropriado para considerações referentes às avaliações econômicas, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento. Sendo assim, para avaliar as oportunidades de realizações dos indivíduos, é preciso atentar tanto para os recursos iniciais e/ou verbas disponíveis quanto para as características e condições pessoais. Esses dois grupos unidos podem transformar as capacidades em acesso aos objetivos pessoais finais. A abordagem das capacidades varia as intensidades de alcance para as ações de avaliação. As intensidades de avaliação são heterogêneas, pois a pluralidade faz parte das escolhas cotidianas, sendo este um dos méritos desta abordagem. Ao analisarmos apenas os recursos existentes, utilizaremos uma forma incorreta de medir o bem-estar, pois este não agrupa as formas e características pelas quais estes recursos serão empregados.

Podemos aceitar como elemento de avaliação a qualidade de vida e do bem-estar dos indivíduos, que por sua vez são determinadas por suas realizações e pelo seu estado. Os elementos que compõem estes estados e ações são os funcionamentos. Segundo Sen (2001),

os funcionamentos são por sua natureza as atividades, as ações possíveis e os estados os quais uma pessoa possui ou é capaz de alcançar. Logo, podemos dizer que a ideia de capacitação está diretamente ligada aos funcionamentos possíveis e realizáveis de uma pessoa, sendo que suas capacitações são compostas por todas as probabilidades de funcionamentos que esta pessoa adquiriu. O “conjunto capacitário” de certa pessoa é resultado de todas as combinações possíveis de seus funcionamentos para a determinação do tipo de vida que este indivíduo resolveu ter. As capacitações dos indivíduos em atingir certos funcionamentos concebem justamente as escolhas e capacidades de resolução, as quais os indivíduos possuem. Sen (2010, p. 33) enfatiza que “Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo”.

Determinadas capacitações são diretamente relevantes para a determinação do bem-estar, entre elas as que expressam as oportunidades de escolha refletida e opções representativas. Os funcionamentos são constitutivos do bem-estar e as capacitações também representam as liberdades instrumentais para alcançar esses elementos constitutivos, e podem diretamente fazer parte do bem-estar.

Para uma melhor compreensão do conceito, é necessário diferenciar entre uma certa ação e a opção pensada para que seja adotada certa ação. A ação de escolher jejuar é completamente oposta à de passar fome. No primeiro caso, por determinada razão não conhecida, a pessoa utilizou dentro o seu conjunto capacitário a liberdade de opção de jejuar. No outro caso, essa opção não existe.

Podemos avaliar essa abordagem de duas formas: pelo aspecto centrado nas realizações ou funcionamentos realizados e pela abordagem centrada no conjunto capacitório. Pelo primeiro, analisamos as ações dos indivíduos e pelo segundo a opção das escolhas que esses indivíduos são livres para fazer. Muitas vezes as análises feitas com base nesta abordagem encaram dificuldades para obter os dados dos conjuntos capacitórios, até mesmo pela sofisticação e aprofundamento da análise.

A abordagem das capacitações contribui para a ampliação das variáveis de avaliação, que antes tinha como base os bens econômicos, para aumentá-la com base em uma colaboração interdisciplinar. Um dos direcionamentos desta abordagem, na tentativa de apresentar novas referências para análise, além do PNB, é a abertura para outros tipos de informação além da ênfase especial dada às condições de vida das pessoas (categorias de funcionamentos) que são muito mais relevantes do que saber quanto os indivíduos recebem ou gastam. Para sua operacionalização ainda são necessárias versões simplificadas que

considerem variáveis de mensuração representativas. Outro direcionamento é centralizar o foco das atenções nas liberdades, no direito de cada indivíduo de fazer suas próprias escolhas. Este princípio de defesa da capacidade decisória dos indivíduos, independentemente das consequências dessas escolhas em termos de bem-estar dos próprios indivíduos, é um dos pontos centrais da abordagem da capacitação. A abordagem foca como as pessoas realmente vivem e qual o grau de liberdade de que elas dispõem para escolher esse tipo de vida.

É importante também destacar que as relações entre privações de renda e privações de capacidades estão inter-relacionadas. Entretanto, para compreensão do conceito torna-se importante analisar suas diferenças. Pode-se entender que o analfabetismo, a subnutrição e as más condições de acesso à saúde são situações que normalmente estão ligadas a um baixo nível de renda ou, de outra forma, que uma renda elevada, se bem utilizada, poderá ser um instrumento para a eliminação destes tipos de privação. Sen (2010, p. 23) pondera que “A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica.”

O valor da renda está nas liberdades substantivas que ela nos proporciona conhecer e na qualidade de vida que possuiremos. Analisar as condições de vida das pessoas apenas pela dimensão direta da renda é restringir significativamente as possibilidades de mensuração, aperfeiçoando desta forma o entendimento sobre as privações e a pobreza humana. Como exemplos destas alternativas de avaliação citam-se: os níveis de educação, a subnutrição, o acesso à água limpa e ao sistema de saúde, o nível de emprego, a expectativa de vida, entre outros.

Um dos pontos relevantes a ser considerado é que os níveis de renda conquistados não devem ser considerados apenas pela possibilidade de transformá-los em capacidades para a realização de determinados funcionamentos. Não ter um valor de renda suficiente não é o mesmo que ter uma renda abaixo da linha da pobreza previamente fixada, mas sim que, para essa pessoa, este valor recebido não é suficiente para gerar capacidades mínimas desejáveis. Segundo Sen (2001) a pobreza não representa um baixo bem-estar, representa sim, a falta de capacidade de alcançar um bem-estar justamente por não ter meios econômicos.

Juntando a discussão sobre ECOSOL e desenvolvimento humano, pode-se afirmar que a primeira é uma alternativa encontrada por muitas pessoas para gerar trabalho e renda, e em muitos casos uma forma de enfrentamento da pobreza. Essa outra forma de trabalho conta com espaços autogestivos que levam em consideração muitos fatores, como o benefício coletivo e o respeito ao próximo. O desenvolvimento humano, por sua vez, possui também

um olhar multidimensional de desenvolvimento com foco na vida humana. No item a seguir apresenta-se as relações entre os conceitos de Economia solidária e desenvolvimento humano.

### 2.3.3 Desenvolvimento humano e economia solidária

A ECOSOL é plural, levando em conta dimensões econômicas, culturais e políticas. Propõe-se a ser uma alternativa ao modelo econômico capitalista, possuindo práticas autogestionárias e levando em consideração a democracia, o respeito ao meio ambiente e a vida humana. A teoria do desenvolvimento humano, por sua vez, leva em consideração a ampliação das liberdades reais de cada pessoa, sendo que nesse conceito as liberdades são vistas tanto como o fim como o principal meio do processo completo do desenvolvimento.

Para Zeeland,

A base econômica das abordagens do desenvolvimento humano e da economia solidária é pluralista, voltada para uma pluralidade de características e princípios. Nestas abordagens o pressuposto da racionalidade na economia não é limitado ao interesse próprio, mas também baseada no compromisso com o bem-estar das outras pessoas (2016, p. 63).

Percebe-se assim a proximidade de conceitos entre a ECOSOL e o desenvolvimento humano, para facilitar a compreensão das relações dos conceitos são apresentados na tabela 2, de maneira sistematizada, os subsídios fundamentais da relação entre desenvolvimento humano e ECOSOL.

**Quadro 2 - Relações entre desenvolvimento humano e economia solidária**

(continua)

	<b>Desenvolvimento Humano</b>	<b>Economia Solidária</b>
Princípios econômicos	Pluralidade de características: - Desenvolvimento como processo multidimensional - Foco na vida humana - Valor não é apenas instrumental, mas é intrínseco - Capacitações individuais - Capacitações coletivas - Objetivos que as pessoas têm razão de valorizar em vez dos meios	Pluralidade de princípios econômicos: - Princípios do mercado: comercialização de produtos e serviços - Princípios de redistribuição: acesso a recursos públicos - Princípios de reciprocidade: trocas solidárias



(conclusão)

	- escolhas baseadas em um compromisso com o grupo ou comunidade e não com o autointeresse apenas	- Princípios de administração doméstica: produção para uso próprio -Objetivos sociais, econômicos, ambientais e culturais -Escolhas baseadas em solidariedade e cooperação
Objetivos do desenvolvimento humano	- Melhoria da qualidade de vida - Dignidade humana - Justiça social -Democracia fundamentada nos direitos humanos	- Melhoria da qualidade de vida - Valorização do ser humano - Distribuição equitativa da renda e da riqueza - Gestão democrática
Processos para definir objetivos comuns	Argumentação pública: - Participação e dar voz as pessoas - Diálogo com outras pessoas - Interação social e tolerância da diversidade - Ação coletiva e participação em espaços deliberativos. - Agência individual resulta em autonomia e agência coletiva em autonomia coordenada - O exercício da autonomia resulta em empoderamento	Gestão democrática: - Participação de todas as pessoas nas assembleias - Decisões coletivas - Engajamento na comunidade - Participação em fóruns e conselhos de democracia deliberativa Gestão democrática resulta em autonomia da pessoa e em autonomia do coletivo - O exercício da autonomia resulta em empoderamento
Processos que promovem os objetivos Ambiente institucional	Arranjos sociais e estruturas coletivas: - conexão importante entre o contexto social e indivíduo - espaços de formulação de valores compartilhados - meios para perseguir os objetivos comuns - importância do contexto social, econômico e político e das instituições para a liberdade e agência das pessoas	Arranjos institucionais inovadores: -Empreendimentos econômicos solidários ancorados em práticas sociais - Vínculos horizontais entre empreendimentos, formando redes, e verticais, formando cadeias produtivas e organizações representativas - Co-construção de políticas públicas e leis que reconhecem as novas formas institucionais

Fonte: Zeeland (2016, p. 64).

Observa-se que, tanto na ECOSOL quanto no desenvolvimento humano, o pressuposto econômico é fundamentado no compromisso com o outro. Destaca-se que a melhoria da qualidade de vida e a dignidade humana, estão presentes nos objetivos das duas abordagens. Nos processos para definir objetivos comuns verifica-se a existência de uma semelhança entre a argumentação pública, que dá voz para as pessoas e a gestão democrática em que todas as pessoas integrantes dos EES participam. No que se refere aos processos que promovem os objetivos (ambiente institucional) estão presentes os processos de gestão democrática como espaços de formação de agência individual e agência coletiva. Sobre o ambiente institucional, percebe-se que a abordagem do desenvolvimento humano entende os arranjos sociais e as estruturas coletivas como uma amarração importante entre o contexto social e o indivíduo. Da

mesma forma, os EES são espaços de desenvolvimento de valores compartilhados e meios para buscar os objetivos comuns (ZEELAND, 2016).

Percebe-se dessa forma que os conceitos de ECOSOL e de desenvolvimento humano possuem pontos importantes em comum. Ambas as abordagens destacam o contexto social, econômico e político como central para a ECOSOL e para o desenvolvimento humano e como espaço de co-construção de políticas públicas.

## 2.4 OBJETO DE ESTUDO: UM BREVE HISTÓRICO

Essa seção introduz o objeto de estudo a ser tratado de forma detalhada no próximo capítulo, a Cooperativa de Trabalho e Renda Univale iniciou suas atividades como uma associação, no ano de 2009, no município de São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Conforme relato de seus participantes à pesquisadora, o trabalho foi muito difícil, pois o grupo original de 12 catadores enfrentava condições climáticas desfavoráveis para coletar o material reciclável, utilizando meios de transporte de tração humana, com um baixo valor de comercialização pela coleta e por isso tinham uma baixa remuneração.

Com o passar dos anos a Cooperativa Univale foi se organizando e conquistou apoio da prefeitura municipal de São Leopoldo, obtendo um valor de repasse público que cobria as despesas de aluguel de um galpão e maquinários. Em 2013 a associação passou a trabalhar como cooperativa, realizando a coleta de materiais recicláveis em um dos bairros do município. No ano de 2014, através da consolidação da coleta seletiva solidária na cidade, as cooperativas do município passaram a ter seu trabalho reconhecido pelo poder público por meio do pagamento pelo serviço prestado de coleta dos resíduos recicláveis domiciliares. Isso representou uma grande conquista para a Univale, que oficialmente assinou um contrato de prestação de serviços de coleta seletiva com o poder público municipal, sendo pela primeira vez remunerada pelo serviço de coleta seletiva prestado. A cooperativa desde então vem conseguindo realizar um trabalho reconhecido junto aos bairros de sua responsabilidade.

A cooperativa também faz parte do fórum municipal de São Leopoldo e do fórum de recicladores do Vale dos Sinos. Através do último, realiza vendas para Cooperativa de Catadores da cidade de Dois Irmãos, que já beneficia o material triado, fomentando uma iniciativa de cadeia de produção protagonizada pelos próprios catadores.

Reconhecida na região pelo seu trabalho, a Univale foi convidada pelo poder público da cidade de Novo Hamburgo para participar da coleta seletiva, que busca a ampliação para

novos bairros. Desde abril de 2016 a Cooperativa possui a sua filial naquele município. E busca uma melhor condição de trabalho e geração de renda para seus cooperados, sendo uma das fundadoras do Fórum dos recicladores de Novo Hamburgo.

Atualmente a Univale possui 20 cooperados, sendo 10 mulheres e 10 homens. Desse total, 10 cooperados trabalham na sede no município de São Leopoldo e 10 na filial no município de Novo Hamburgo. Os cooperados possuem uma renda média mensal de R\$950, superior ao salário mínimo nacional, que é de R\$937. A cooperativa estima coletar em média 50 toneladas de resíduo por mês, sendo 28 toneladas em sua matriz em São Leopoldo e 22 toneladas na filial no município de Novo Hamburgo.

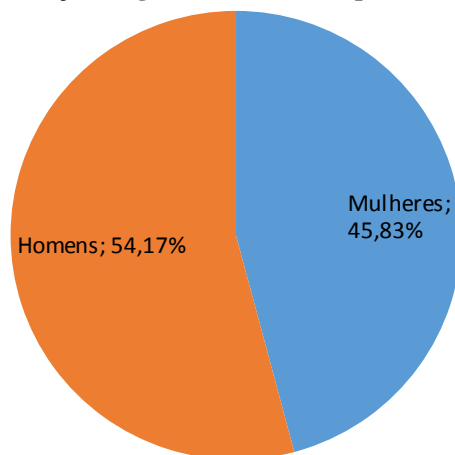
### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA COOPERATIVA UNIVALE

Nessa seção apresenta-se um breve perfil demográfico e socioeconômico dos catadores entrevistados<sup>3</sup> e analisa-se o possível desenvolvimento das liberdades instrumentais nos cooperados do empreendimento econômico solidário pesquisado, a Cooperativa de Trabalho e Renda Univale. A primeira seção traz o perfil demográfico e socioeconômico dos cooperados entrevistados e as demais seções tratam das cinco liberdades instrumentais analisadas (liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora). Cada seção inicia com a apresentação dos dados, seguida pela apresentação dos resultados. Na última seção discutem-se os resultados.

#### 3.1 PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO DOS COOPERADOS

Apresenta-se nessa seção um breve perfil dos cooperados entrevistados para a presente pesquisa. Foram entrevistados todos os integrantes da Cooperativa Univale, com um total de 24 catadores cooperados. Em relação ao gênero, conforme gráfico 1, do total de entrevistados 13 são homens e 11 são mulheres, que são, portanto, minoria na cooperativa.

**Gráfico 1 - Distribuição de gênero entre os cooperados da Univale (2017)**



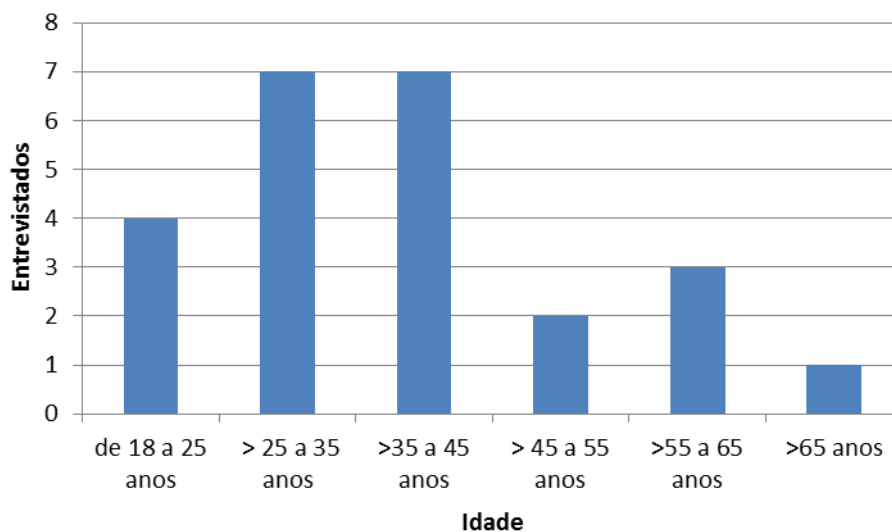
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Destaca-se que, segundo Zeeland (2016), as mulheres são a maioria dos catadores no estado do Rio Grande do Sul, representando 58%, o que não se confirma na Cooperativa Univale.

<sup>3</sup> O questionário empregado para a coleta de dados primários se encontra no apêndice.

Quanto à idade dos cooperados da Univale, conforme gráfico 1, a média é de 39 anos, sendo que o mais novo tem 18 anos e o mais velho 66 anos. O maior grupo corresponde à faixa etária entre maiores de 25 até 45 anos, que representam 58% do total de cooperados. Do restante, 17% tem idade menor que 25 anos e 25% possuem mais de 45 anos. Para efeito comparativo, segundo Zeeland (2016), a média de idade dos catadores no Rio Grande do Sul é de 36 anos, e a maioria possui entre 21 e 24 anos, sendo que 65% tem até 40 anos. Na Cooperativa Univale 54% dos cooperados têm até 40 anos.

**Gráfico 2 - Distribuição etária dos cooperados da Univale (2017)**



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

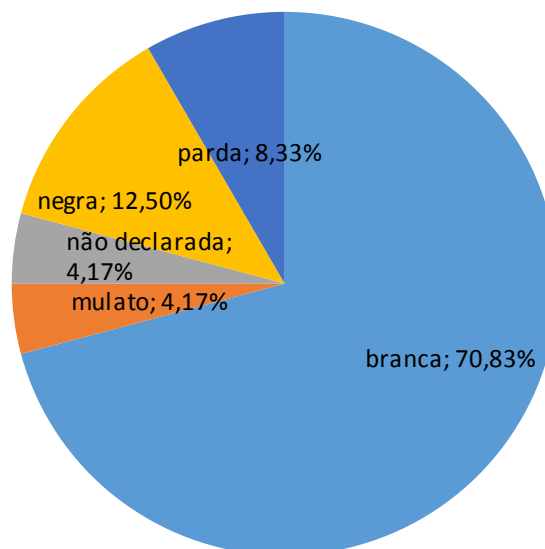
A tabela 1 mostra a distribuição da naturalidade dos catadores entrevistados. Todos são naturais do estado do Rio Grande do Sul. Conforme se pode observar, 38% é natural de São Leopoldo, 13% de Passo Fundo, 8% de Novo Hamburgo, 8% de Porto Alegre e 8% de Santa Rosa. As demais informações correspondem a cidades que fazem parte da região metropolitana de Porto Alegre e cidades do interior (média de 4% para cada cidade). Percebe-se que 58% dos entrevistados são naturais da região metropolitana de Porto Alegre e 42% de cidades do interior do estado. Os cooperados apresentaram como justificativa para a mudança de cidade a procura por melhores oportunidades de trabalho e condições de vida, devido à proximidade com a capital do estado.

**Tabela 1 - Distribuição da naturalidade dos cooperados da Univale (2017)**

Naturalidade	Número de Cooperados
São Leopoldo	9
Passo Fundo	3
Santa Rosa	2
Novo Hamburgo	2
Porto Alegre	2
Sapucaia do Sul	1
Montenegro	1
Serafina Correia	1
Marau	1
Herval Seco	1
Santo Antônio do Herval	1
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

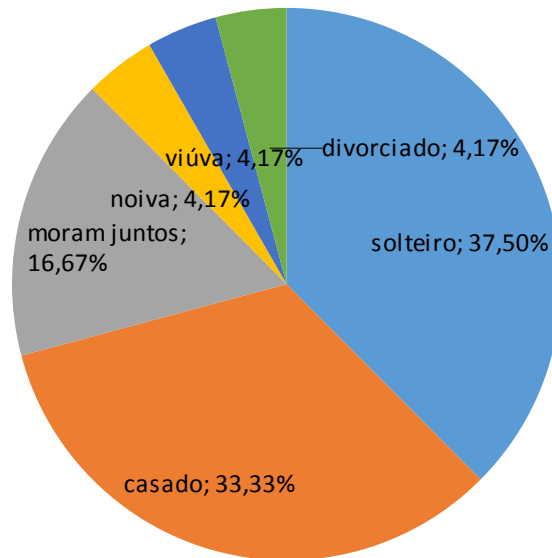
Quanto à etnia, percebe-se, analisando o gráfico 3, que a maioria dos cooperados, ou 17 pessoas, declarou-se branca, declararam-se negros, pardos e mulatos. Observa-se que há uma diferença expressiva entre brancos, negros, pardos e mulatos. Ainda, houve 1 entrevistado (4%) que não declarou sua cor/raça. Esse resultado é compatível com Zeeland (2016), que apresenta os catadores declarados brancos (37%) como maioria no estado do Rio Grande do Sul.

**Gráfico 3 - Distribuição da etnia dos catadores da Univale (2017)**

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

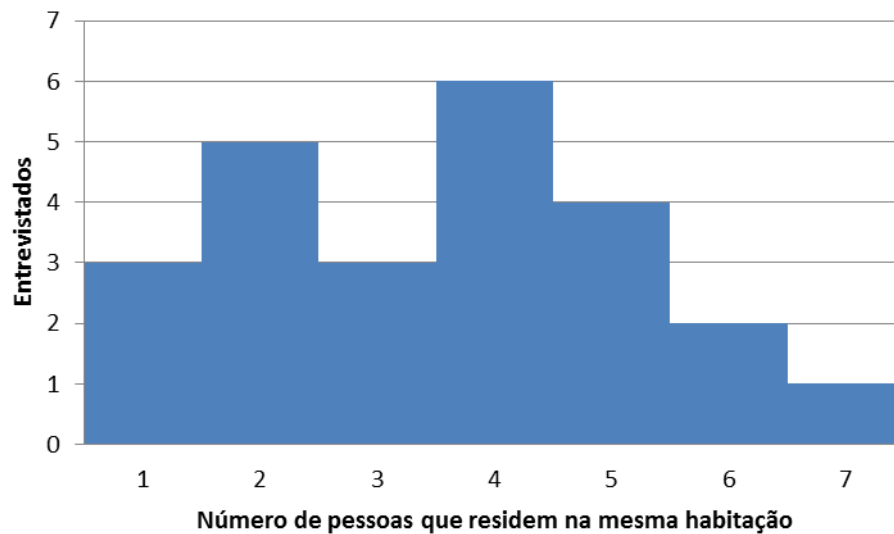
Quanto ao estado civil dos catadores entrevistados, conforme o gráfico 4, 9 são solteiros, 8 casados e 4 mantêm relação matrimonial não formalizada. Os 3 restantes são viúvos, noivos ou divorciados.

**Gráfico 4 - Distribuição do estado civil dos cooperados da Univale (2017)**



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Quanto ao número de pessoas residindo na mesma habitação, de acordo com o gráfico 5, observa-se que 25% dos cooperados entrevistados coabitam casas com quatro pessoas. 21% em casas com duas pessoas e 29% com cinco a sete pessoas. Destaca-se que 13% dos entrevistados residem sozinhos. O total de pessoas residentes nas residências dos cooperados entrevistados, incluindo o próprio entrevistado, uma medida do alcance social da economia solidária, é de 85 pessoas. Destas 85, 46% (39 pessoas) trabalham, ou seja, possuem uma média de 2,2 pessoas que trabalham por pessoas que não trabalham. Destas 39 pessoas que trabalham, 74% (29 pessoas) trabalham como catadores de materiais recicláveis. Logo, 24 destes catadores são os 24 entrevistados cooperados da Univale. Conclui-se que cinco pessoas são catadores e não são cooperados da Univale.

**Gráfico 5 - Distribuição do número de residentes no domicílio do cooperado (2017)**

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Na tabela 2, observa-se que 38% dos catadores entrevistados declararam não ter nenhum dependente, 25% possuem dois dependentes, 21% dos cooperados têm três dependentes, 13% possuem 1 e 4% declararam possuir quatro dependentes. O total de dependentes é de 34 pessoas, uma média de 1,4 dependentes por cooperado da Univale.

**Tabela 2 - Distribuição de dependentes dos cooperados da Univale (2017)**

Total de dependentes	Número de Entrevistados
0	9
1	3
2	6
3	5
4	1
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Observa-se, conforme tabela 3, que a renda familiar mensal da maioria dos cooperados entrevistados, representando 29% do total, é de R\$ 1.501,00 à R\$ 2.000,00. Nota-se que 25% declararam ter renda familiar menor que R\$ 1.000,00 e 21% maior que R\$ 2.501,00. A maior renda familiar declarada foi de R\$3.200,00 e a menor foi de R\$600,00, a média das rendas familiares declaradas foi de R\$ 1.833,00. Destaca-se que cinco entrevistados declararam ter uma renda familiar abaixo de um salário mínimo, que atualmente é de R\$937,00.

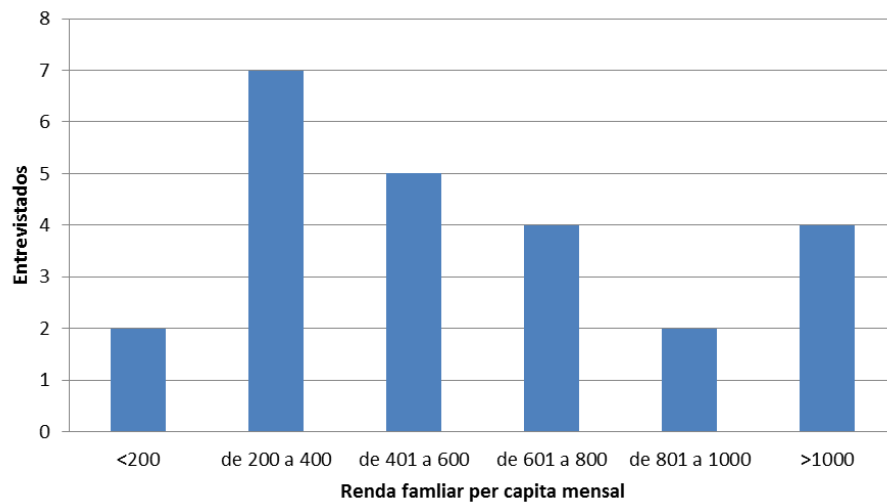


**Tabela 3 - Distribuição da renda familiar total dos cooperados da Univale (2017)**

Renda familiar	Cooperado entrevistado
< 1.000	6
De 1.001 à 1.500	3
de 1.501 à 2.000	7
de 2.001 à 2.500	3
> 2.501	5
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Conforme o gráfico 6, percebe-se que 29% dos entrevistados possuem renda familiar per capita entre R\$ 200,00 e 400,00 reais, 21% possuem renda entre R\$ 401,00 e R\$ 800,00 reais, 8% possuem renda familiar per capita entre R\$801,00 e R\$ 1.000,00 reais. Destaca-se que 8%, representando dois entrevistados, possuem renda menor que R\$ 200,00 reais mensais e 17%, possuem renda familiar mensal per capita superior a R\$ 1.000,00 reais. Ressalta-se que a maior renda per capita apresentada foi de R\$ 1.500,00 reais e a menor de R\$150,00. Percebe-se que, mesmo com dois cooperados apresentando uma renda per capita mensal inferior a R\$200,00 reais, nenhum dos cooperados encontra-se dentro da linha da pobreza que é estabelecida por menos de U\$\$ 1 dólar por dia, o que daria aproximadamente R\$92,91 reais<sup>4</sup> por mês.

**Gráfico 6 - Distribuição da renda familiar per capita mensal dos cooperados da Univale (2017)**

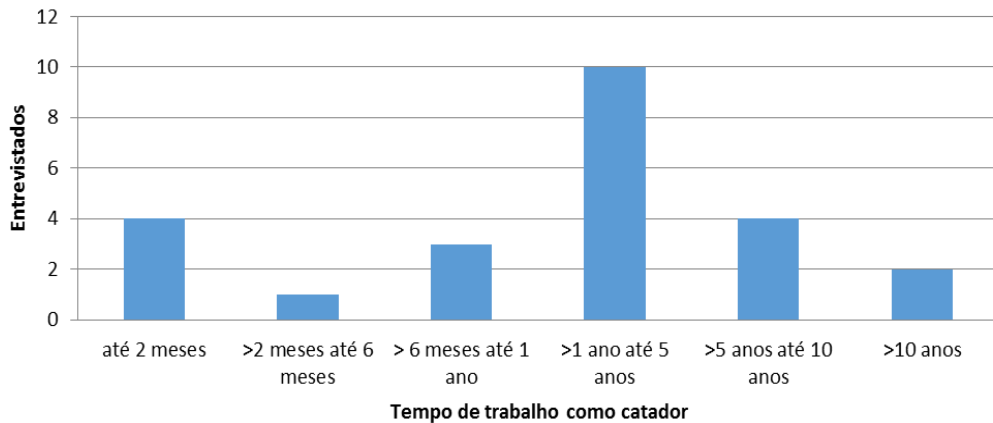
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Quanto ao tempo de trabalho como catador de materiais recicláveis, conforme gráfico 7, 42% dos entrevistados são catadores no intervalo de 1 a 5 anos, 33% são catadores há um

<sup>4</sup> Taxa de câmbio fornecida pela Banco Central de R\$3,0970 do dia 01/03/2017.

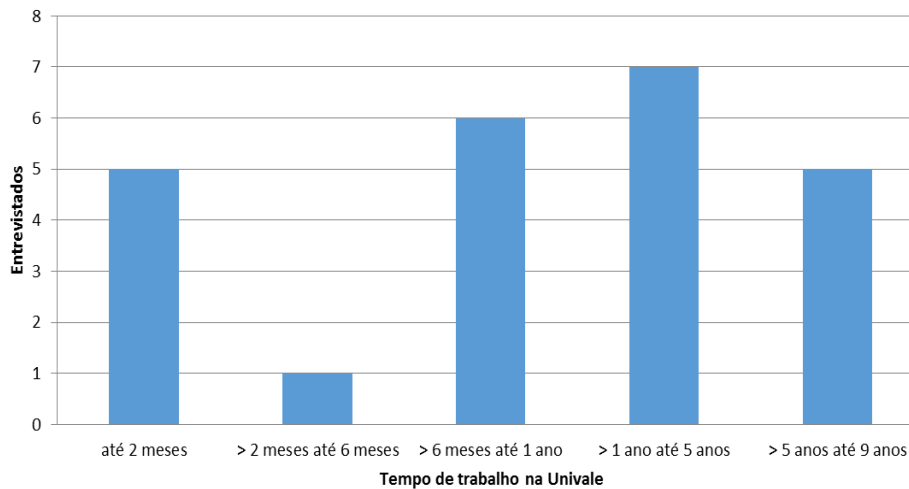
ano ou menos. 17% são catadores a pelo menos cinco anos até 10 anos e 8% são catadores há mais de 10 anos. O cooperado que trabalha a menos tempo como catador de materiais recicláveis, era catador, no período da entrevista, há 15 dias, e o que possui mais tempo de trabalho como catador tem 20 anos de profissão. Essa última cooperada é uma das fundadoras da Cooperativa Univale.

**Gráfico 7 - Distribuição do tempo de trabalho como catador dos cooperados da Univale (2017)**



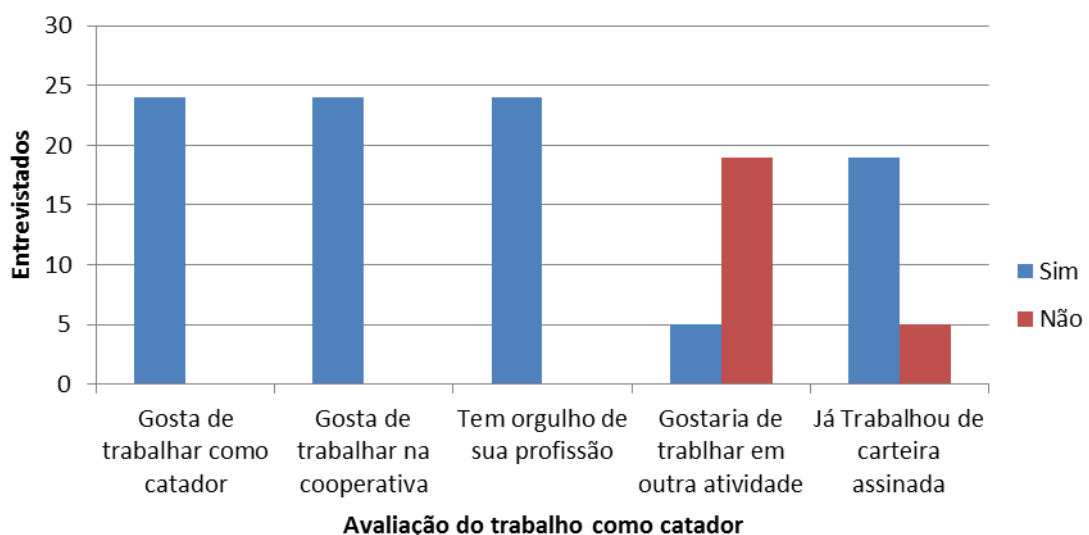
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Conforme gráfico 8, quanto ao tempo de trabalho especificamente na Cooperativa Univale, 29% pessoas declararam trabalhar de um a cinco anos, 25% declararam de seis meses a um ano, 21% declararam trabalhar há dois meses e 4% declarou trabalhar de dois à seis meses. Destaca-se que a Univale possui nove anos de existência enquanto coletivo de trabalho, sem uma forma jurídica, constituindo-se como Associação em 2009 e transformando-se em Cooperativa em 2013. Desta forma, percebe-se que três catadores estão na Univale há mais de oito anos.

**Gráfico 8 - Distribuição do tempo de trabalho na Univale (2017)**

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Em relação à avaliação do trabalho de catador, conforme gráfico 9, 100% dos catadores entrevistados declaram gostar de trabalhar como catador, de trabalhar na cooperativa Univale e afirmaram ter orgulho de sua profissão. 79% dos catadores declararam que não gostariam de trabalhar com outra atividade e o mesmo percentual já trabalhou com carteira assinada.

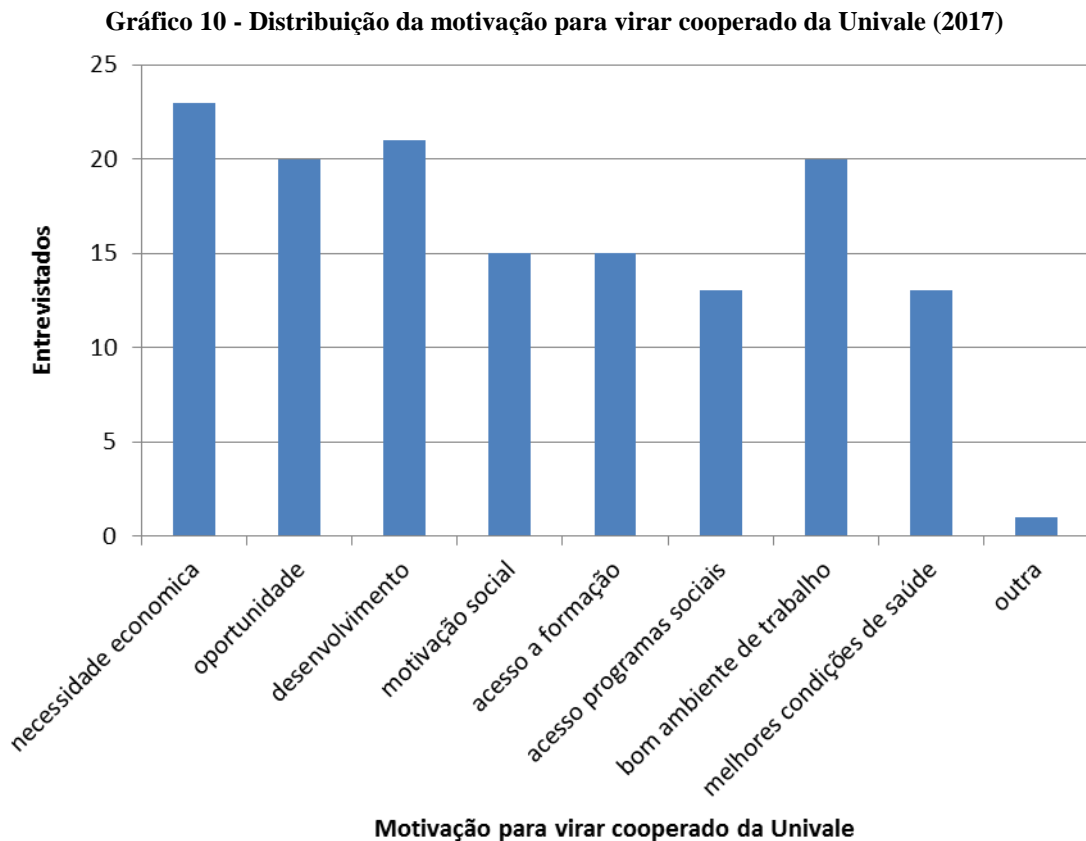
**Gráfico 9 - Distribuição da avaliação do trabalho como catador (2017)**

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

A razão mais citada para justificar tornar-se cooperado, conforme o gráfico 10 foi a necessidade econômica e a possibilidade de ampliação da renda, respondidas por 96% dos entrevistados, seguida por desenvolvimento de uma atividade em que todas as pessoas são

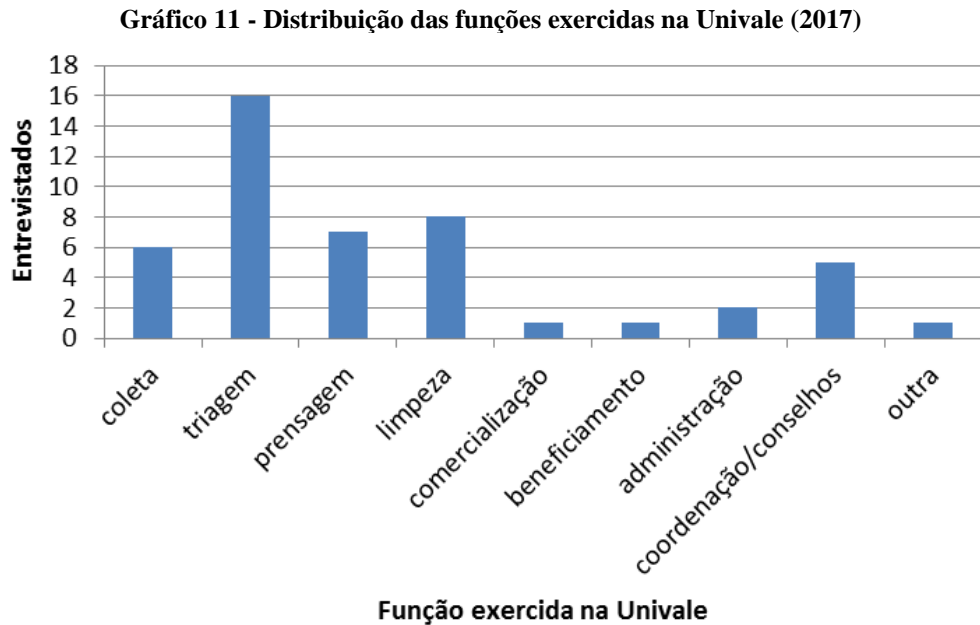
donas, há autogestão e gestão democrática (88%), oportunidade de desenvolvimento de capacidades e potencialidades (83%), bom ambiente de trabalho (83%), motivação social (63%), acesso à formação (63%), acesso a programas sociais (54%), melhores condições de saúde (54%) e outras (4%). A justificativa apresentada na categoria “outras” foi conhecer as finanças da cooperativa e crescimento coletivo.

Os cooperados foram perguntados o motivo que os fizeram virar catador, e 87,5% dos entrevistados responderam que foi uma possibilidade de trabalho e renda, os 12,5% cooperados restantes responderam, respectivamente, gostar da atividade de catador, ser sócio fundador da cooperativa e ter uma possibilidade de trabalho com uma carga horária menor.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

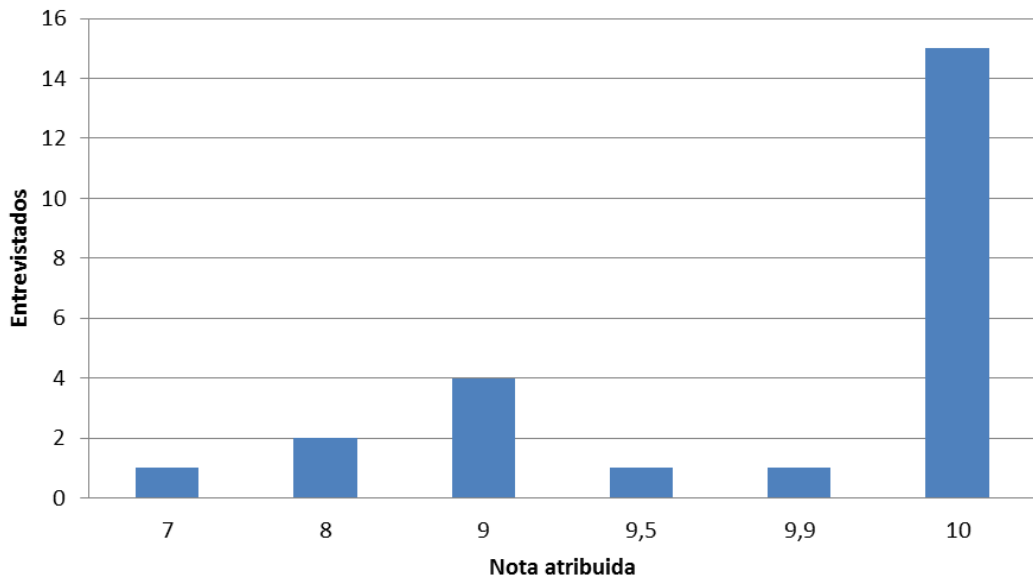
Conforme o gráfico 11, quanto à função que ocupam na cooperativa, a maioria trabalha na triagem (67% dos cooperados), 33% na limpeza, 29% na pesagem, 25% na coleta, 21% na coordenação/conselho, 8% no administrativo, 4% no beneficiamento, 4% na comercialização e 4% exerce outra função. A outra função que apareceu foi a de organização. Destaca-se que 50% dos cooperados entrevistados alegaram trabalhar em mais de uma função.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Quando perguntados sobre que nota os cooperados atribuem à cooperativa Univale, conforme gráfico 12, 63% dos cooperados deram nota 10, 25% atribuíram nota entre 9 a 9,9 e 13% notas entre 7 e 8. Percebe-se que no contexto geral, a avaliação pelos cooperados foi muito boa, visto que 88% dos cooperados entrevistados atribuíram à cooperativa nota maior do que 9.

As justificativas em maioria dos que atribuíram nota inferior a 10 foram relacionadas às conquistas que a cooperativa obteve, mas sempre pensando que é importante continuar evoluindo e melhorando, por esse motivo não atribuíram a nota máxima. Quem atribuiu nota máxima, justificou em maioria por gostar muito de trabalhar na cooperativa. Ou seja, o trabalho cooperado apresenta elevado grau de aceitação na Univale, indicando condições de trabalho muito satisfatórias.

**Gráfico 12 - Distribuição das notas atribuída para a Cooperativa Univale pelos cooperados (2017)**

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Em síntese, em relação ao perfil dos cooperados da Univale conclui-se que a maioria é formada por homens, com uma média de idade de 39 anos, sendo que a maioria possui entre 25 e 45 anos, todos são naturais do estado do Rio Grande do Sul, sendo a maioria nascida na região metropolitana de Porto Alegre e a maioria se declara de etnia branca. Sobre o estado civil dos cooperados, praticamente metade é casada e a outra metade solteira. Os cooperados residem em sua maioria em casas com mais de quatro pessoas, sendo que apenas três moram sozinhos. A maioria dos cooperados possui dependentes.

Em relação à renda familiar mensal, a maioria dos cooperados entrevistados declarou possuir renda de R\$ 1.501,00 à R\$ 2.000,00, mas cinco entrevistados declararam ter uma renda familiar abaixo de um salário mínimo. A renda familiar per capita da maioria vai de R\$ 200,00 à R\$ 800,00 reais.

Em relação ao tempo de trabalho, a maioria é catador de materiais recicláveis entre o período de um ano à cinco anos. A maioria também trabalha na cooperativa Univale nesse mesmo período de tempo. Todos os entrevistados declaram gostar de trabalhar como catador, de trabalhar na cooperativa Univale e afirmam ter orgulho de sua profissão. A maioria declarou que não gostariam de trabalhar com outra atividade e que já trabalhou com carteira assinada.

Em relação aos motivos que os fizeram virar catadores, a grande maioria respondeu com a possibilidade de trabalho e renda. Já os motivos que os fizeram ingressar na Univale foram: a necessidade econômica e possibilidade de ampliação da renda, seguida por

desenvolvimento de uma atividade em que todas as pessoas são donas, com autogestão, gestão democrática, oportunidade de desenvolvimento de capacidades e potencialidades e bom ambiente de trabalho. Metade dos catadores entrevistados alegou trabalhar em mais de uma função, sendo que a maioria trabalha na triagem dos resíduos. A grande maioria dos cooperados atribuiu nota 10 para a Univale.

Quando perguntados sobre alguma observação sobre a cooperativa que os entrevistados ainda gostariam de colocar, apenas quatro (16%) cooperados fizeram alguma observação. Um cooperado alegou que o poder público deveria dar maior apoio para o trabalho deles, visto que os mesmos fazem um grande trabalho ambiental e os demais reforçaram como se sentem muito bem trabalhando na cooperativa, que o ambiente é muito bom, todos se ajudam mutuamente.

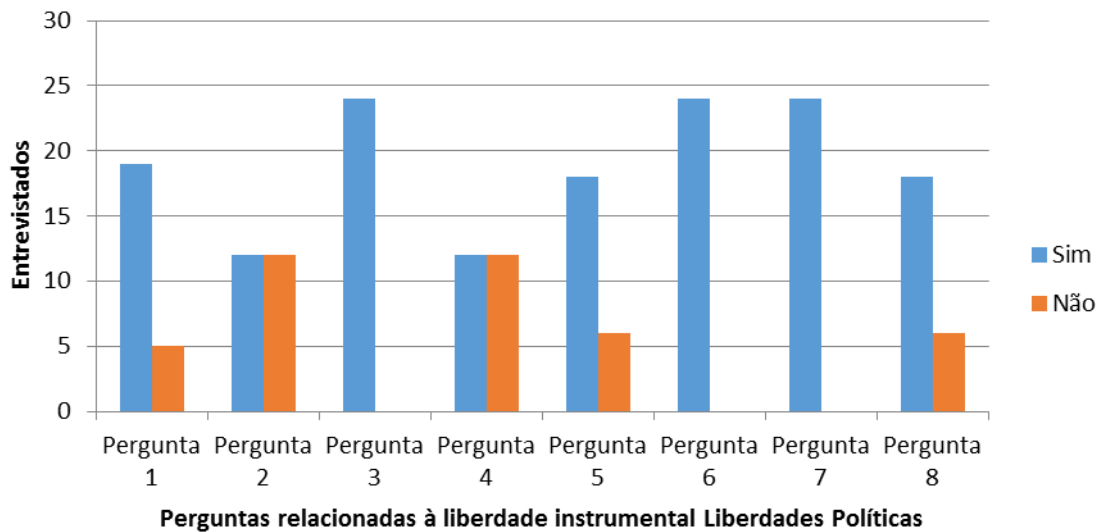
Percebe-se que os catadores de materiais recicláveis cooperados da Univale possuem orgulho da sua profissão, a consideram digna e fonte de renda para suas famílias. Alguns cooperados enfatizaram durante as entrevistas o orgulho de trabalhar para a preservação ambiental. Os catadores entrevistados também gostam de trabalhar na cooperativa e alegam que se sentem parte de uma família.

## 3.2 AS LIBERDADES INSTRUMENTAIS NA UNIVALE

Nesta seção, apresenta-se a percepção dos cooperados da Univale para cada uma das cinco liberdades instrumentais pesquisadas (liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora) e analisa-se o possível desenvolvimento das liberdades instrumentais nos catadores cooperados.

### 3.2.1 Liberdades políticas

Foram elaboradas perguntas com respostas do tipo “sim” ou “não” para analisar a liberdade instrumental “liberdades políticas”, sendo realizados questionamentos relacionados ao entendimento de legislações, participação política, criação de regras, direito de escolha e de voto na cooperativa, possibilidade de participação em reuniões externas relacionadas com questões de políticas públicas, como reuniões com a prefeitura e reuniões em redes e fóruns. E também foi questionada a percepção de ampliação do entendimento sobre democracia, política e legislações, principalmente em relação aos direitos do catador entrevistado.

**Gráfico 13 - Distribuição das respostas relacionadas à liberdade instrumental Liberdades Políticas (2017)****Perguntas**

- 1 - Você acredita que o seu trabalho na cooperativa tem alguma relação com política?
- 2 - Você conhece alguma legislação que esteja ligada ao seu trabalho?
- 3 - Você participa de reuniões de trabalho, assembleias para organização do trabalho da cooperativa e tomada de decisões
- 4 - Você participa de reuniões externas
- 5 - Você gostaria de participar de reuniões externas
- 6 - A cooperativa possui regras
- 7 - O grupo realiza assembleias e/ou reuniões regularmente

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Em relação às perguntas que abordavam as liberdades políticas, conforme gráfico 13 percebe-se que 79,2% dos cooperados entrevistados acreditam que o seu trabalho na cooperativa tem alguma relação com a política. Quando perguntados se conheciam alguma legislação que de alguma forma tivesse relação com o seu trabalho, metade dos entrevistados responderam que conheciam a legislação, mas apenas 37,5% souberam citar alguma lei especificamente. Todos os cooperados entrevistados declararam participar de reuniões de trabalho, assembleias para organização do trabalho da cooperativa e tomada de decisões. E em relação à periodicidade das assembleias e/ou reuniões, 100% dos entrevistados responderam que o grupo realiza assembleias e/ou reuniões regularmente.

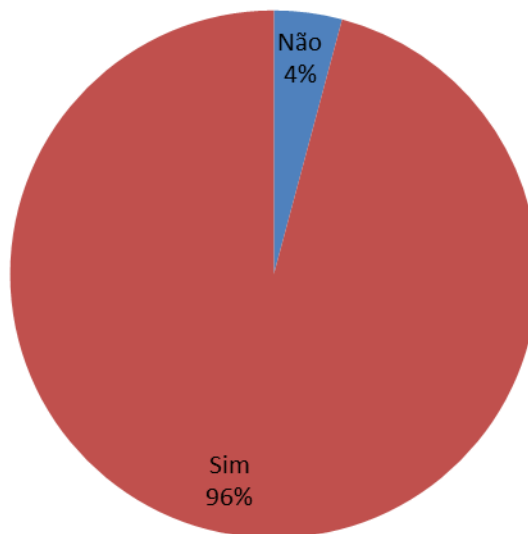
Em contraponto, apenas 50% dos entrevistados declararam participar de reuniões externas, sendo que ao serem questionados se gostariam de participar das reuniões externas, 75% do total de entrevistados declararam que gostariam de participar. Sabendo-se que todos os que hoje participam de reuniões externas gostariam de continuar participando, observa-se que 50% dos cooperados que hoje não participam de reuniões externas gostariam de



participar. A maioria justificou a não participação pelo fato de serem novos e ainda não terem surgido oportunidades de ir a reuniões externas. Para aqueles que não participam e não gostariam de participar, a justificativa foi que não gostam de atividades fora do espaço da cooperativa e preferem o trabalho interno.

Em relação às regras da cooperativa, 100% dos entrevistados responderam que a cooperativa possui regras, sendo que 75%, responderam que quem estabelece as regras é o regimento interno/acordos coletivos, e 58% respondeu que as regras são estabelecidas pela coordenação, percebeu-se que os cooperados que ingressaram na Univale a menos tempo, possuem essa percepção. 7 entrevistados responderam as duas alternativas. Quando questionados sobre a participação da cooperativa em redes, fóruns ou conselhos, 75% dos entrevistados responderam que a cooperativa participa, sendo que todos esses citaram os Fóruns de Recicladores municipais e o regional que a Cooperativa participa.

**Gráfico 14 - Trabalho na Cooperativa e entendimento sobre democracia, política e legislações (2017)**



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Quanto à ampliação do conhecimento a respeito de democracia, política e legislação, principalmente no que diz respeito aos seus direitos, conforme o gráfico 14 acima, 23 dos entrevistados afirmaram que trabalhando na cooperativa, ampliaram seus conhecimentos a respeito desses temas e logo apenas 1 entrevistado respondeu negativamente.

Analisa-se que a maioria dos cooperados entrevistados possuem o entendimento da relação do seu trabalho com questões políticas. Metade dos entrevistados alegam conhecer

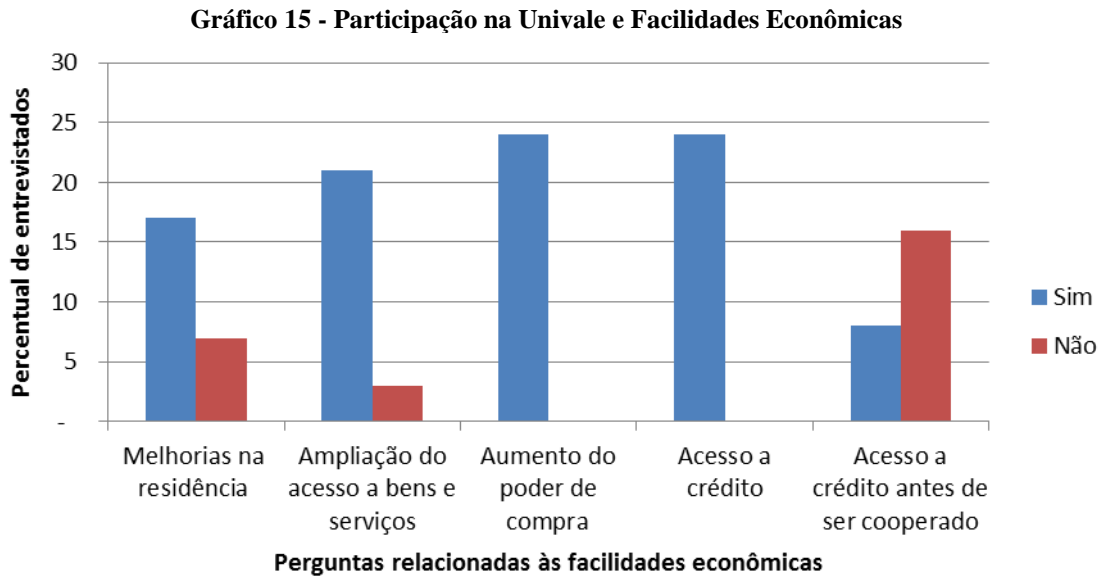
legislações relacionadas ao trabalho e todos os cooperados defendem a participação em reuniões e assembleias, internas da cooperativa, para organizações do trabalho e tomada de decisões. Nota-se a liberdade de expressão e liberdade de escolha dentro da cooperativa.

Em relação às reuniões externas, metade dos cooperados declararam participar, a justificativa para os que não participam, é o fato de terem ingressado na cooperativa recentemente ou de não possuírem interesse na participação. Desta forma, pode-se perceber que os cooperados possuem a oportunidade de participação em reuniões externas, como encontros com o poder público, e participação em fóruns onde são debatidas questões relacionadas a políticas públicas. A grande maioria dos cooperados declara que as regras são estabelecidas em regimentos internos/acordos coletivos. Nota-se também que há liberdade para tomada de decisão coletiva.

Entende-se, portanto, que a liberdade instrumental “liberdade política” é desenvolvida entre os cooperados da Univale, visto que a grande maioria dos catadores entrevistados acredita que o ingresso na cooperativa ampliou os seus conhecimentos sobre democracia, política e legislação, principalmente do que diz respeito aos seus direitos. Nota-se que isto é reforçado pelas respostas apresentadas durante as entrevistas, em que destaca-se a liberdade de se expressar, liberdade de escolha presente nas práticas democráticas da cooperativa.

### **3.2.2 Facilidades econômicas**

Em relação à liberdade instrumental “facilidades econômicas”, foram realizadas perguntas relacionadas às condições de moradias antes e depois do ingresso na cooperativa Univale, perguntas relacionadas ao acesso a bens, aumento do poder de compra e acesso ao crédito.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

As perguntas que abordam as liberdades instrumentais relacionadas as facilidades econômicas pode-se observar no gráfico 15, que 17 entrevistados afirmam que suas residências apresentaram alguma melhoria após o ingresso na cooperativa. A maioria destacou reformas e ampliações. Destaca-se um cooperado que adquiriu a casa própria saindo do aluguel e outro que era morador de albergue e conseguiu alugar uma residência. Foram realizadas perguntas sobre o tipo de construção e condições gerais de moradia. Nessas perguntas se apresentaram quatro cooperados que tiveram melhorias no padrão de construção de suas casas, dois cooperados que construíram pelo menos um banheiro em sua residência, dois cooperados que passaram a contar com água encanada e ainda três cooperados que têm acesso à luz elétrica.

Questionados sobre a ampliação ao acesso a bens e serviços, 21 entrevistados alegaram que, após ingressar na cooperativa, conseguiram ter acesso a algo que não tinham antes. A maioria destacou eletrodomésticos, celulares e bicicletas. Destaca-se a resposta de uma cooperada que citou a recuperação da guarda dos filhos como algo que ela teve acesso depois da cooperativa. Em relação ao poder de compra e acesso ao crédito, todos os 24 entrevistados responderam que acreditam que seu trabalho na cooperativa lhes proporciona um aumento no poder de compra e lhes possibilita maior acessos ao crédito. 16 entrevistados declararam não ter tido acesso ao crédito antes de entrar na cooperativa.

Em resumo, percebe-se que a maioria dos cooperados apresentou alguma mudança nas suas residências, basicamente, através de reformas e/ou ampliações, como, por exemplo, possuir um banheiro, acesso à luz elétrica e água encanada. Grande parte dos catadores

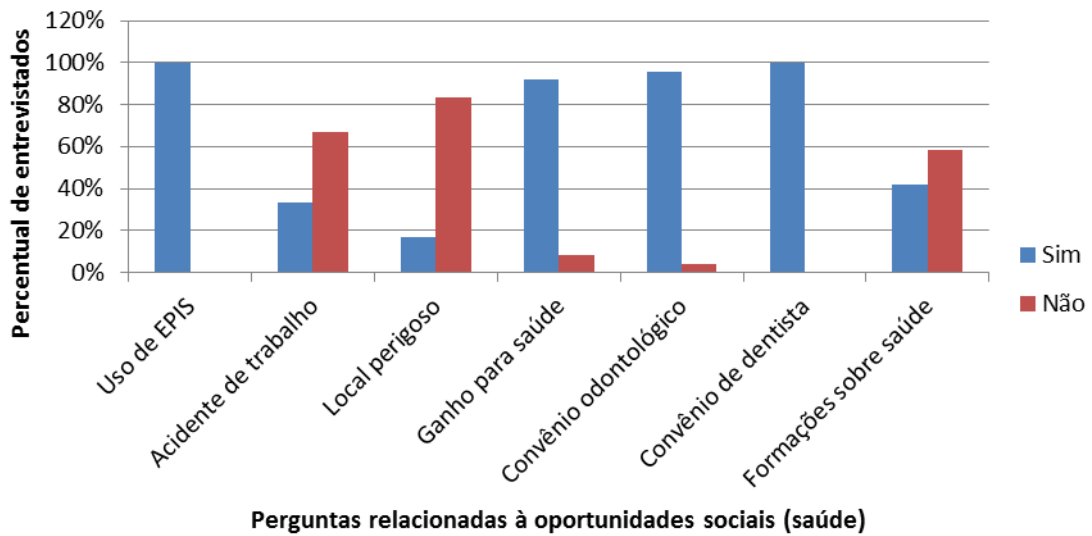
declarou que, ao ingressar na Univale, conseguiu ter acesso a algo que não tinha antes. Todos declaram terem aumentado seu poder de compra e ampliado o seu acesso a crédito. Destaca-se que este fato ocorre devido à cooperativa propiciar uma renda mais previsível e estável e com comprovação por meio de contracheques. Durante as entrevistas, os cooperados declararam terem ampliado o acesso a itens de alimentação, eletrodomésticos, bicicletas e *smartphones*, o que os permitiu acesso à internet. Hoje a cooperativa possui internet sem fio disponível para seus cooperados utilizarem nos intervalos de trabalho.

Conclui-se que a liberdade instrumental “facilidades econômicas” é bem desenvolvida nos cooperados da Univale, visto que, fica claro durante as entrevistas a ampliação do acesso a recursos econômicos e possibilidades de financiamento.

### **3.2.3 Oportunidades sociais**

Foram elaboradas perguntas para analisar a liberdade instrumental “oportunidades sociais”, sendo realizadas questões relacionadas basicamente à saúde e educação. Para discutir o tema saúde, as questões abordadas foram relacionadas à utilização de equipamentos de proteção individuais – EPIs, acidentes de trabalho, percepção de risco de saúde no trabalho na Cooperativa, ganhos e/ou danos à saúde do cooperado, convênio médico e odontológico e formações de saúde, como sobre o autoexame da mama. Para as questões de educação foram abordados os temas de escolaridade, acesso à educação, vontade de voltar a estudar, participação em formações realizadas na cooperativa, incentivo da cooperativa aos estudos e a percepção sobre se estar na cooperativa faz o cooperado aprender.

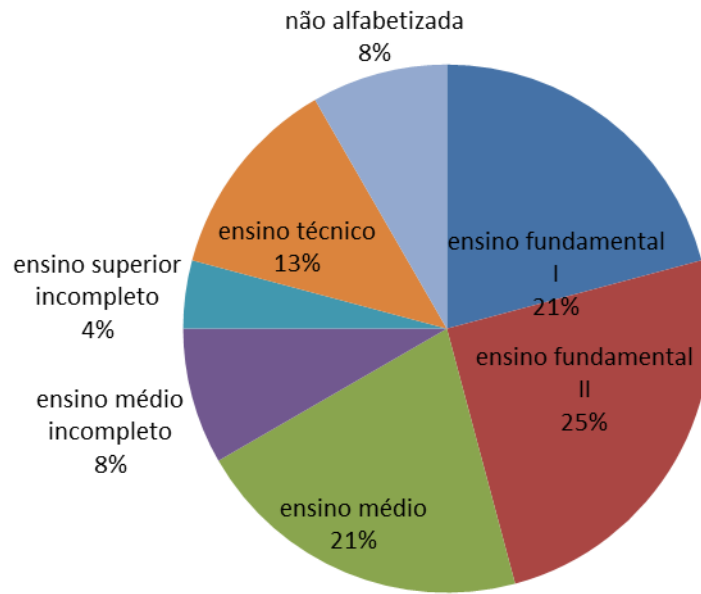
E também foi questionada a percepção dos cooperados entrevistados sobre a ampliação de desenvolvimentos sociais como educação, saúde, entre outras.

**Gráfico 16 - Participação na Univale e Oportunidades Sociais - saúde - (2017)**

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

As perguntas que abordavam as liberdades instrumentais relacionadas às liberdades sociais com foco em saúde são apresentadas no gráfico 16. Todos os 24 entrevistados alegaram utilizar EPI (equipamento de proteção individual) 16 entrevistados não sofreram nenhum acidente de trabalho na cooperativa, sendo que os 8 que sofreram algum tipo de acidente alegaram que foram acidentes leves, sem afastamento do trabalho. Dos entrevistados, 20 acreditam que a cooperativa não é um local perigoso para sua saúde, os que não concordam com essa afirmação alegaram o receio de ter contato com algum tipo de resíduo perigoso. Quando perguntados se a cooperativa contribuiu para algum ganho de saúde, 22 responderam que sim, sendo que o principal motivo foi o acesso aos convênios médicos e odontológico. Dos 24 cooperados, apenas um não quis fazer o convênio médico e todos optaram pelo convênio odontológico. Apenas cinco cooperados alegaram terem tido acesso a convênio médico em algum momento antes da cooperativa e apenas um cooperado tinha acesso ao convênio odontológico. Em relação à participação em formações sobre saúde realizadas na cooperativa, 10 entrevistados responderam terem participado de alguma formação de saúde promovidas pela cooperativa.

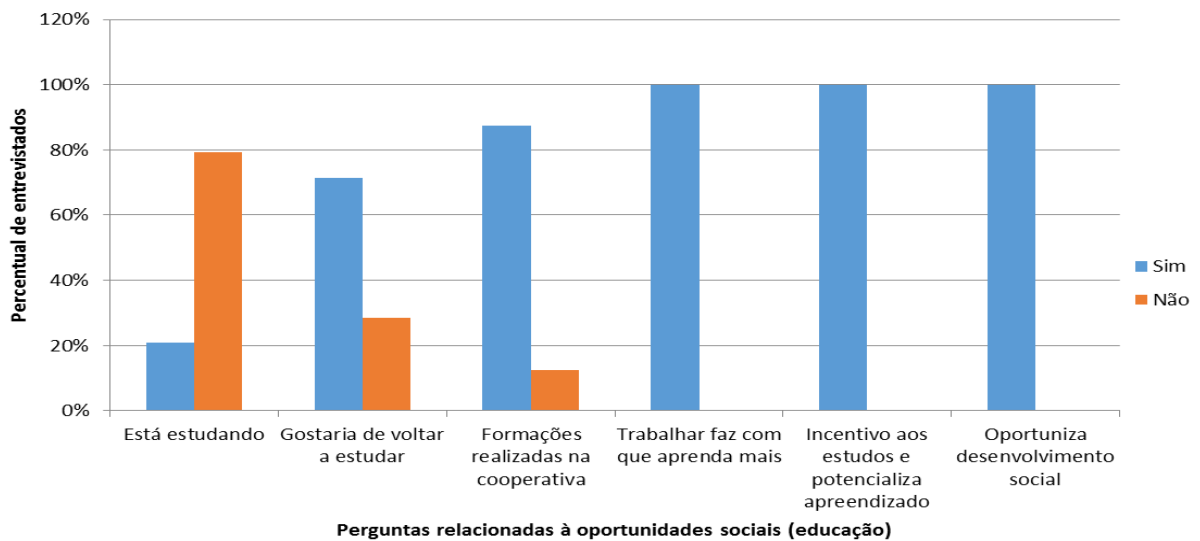
**Gráfico 17 - Distribuição dos escolaridade dos cooperados da Univale (2017)**



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Analisa-se conforme o gráfico 17, que, referente à escolaridade dos cooperados, percebemos que 6 entrevistados tem o ensino fundamental II (de 5ª a 8ª série), 5 tem o ensino fundamental I (1ª a 4ª série), 5 cursaram o ensino médio, mas 2 tem Ensino Médio Incompleto, 3 cursaram curso técnico, 1 tem ensino superior incompleto e 2 não são alfabetizados.

**Gráfico 18 - Participação na Univale e Oportunidades Sociais - educação- (2017)**



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Observa-se, de acordo com o gráfico 18, que, em termos das oportunidades sociais relacionadas à educação, 5 cooperados entrevistados estão estudando, dos 19 que não estão estudando e, destes, 15 gostariam de voltar a estudar. Os motivos alegados para ainda não terem retornado aos estudos foram a falta de tempo ou alguém que possa cuidar dos filhos. Para aqueles que não querem voltar a estudar, a principal alegação foi a idade, que os mesmos consideram avançada. Sobre as formações realizadas na cooperativa, 21 entrevistados responderam que participam e destacaram as formações realizadas pela universidade do município, poder público ou atividades promovidas pelos fóruns de catadores em que a cooperativa participa.

Todos os cooperados responderam que o trabalho na cooperativa faz com que eles aprendam mais, que a cooperativa incentiva os estudos e potencializa o aprendizado de seus cooperados e que de alguma forma oportuniza o desenvolvimento social como melhorias na educação, saúde e entre outros.

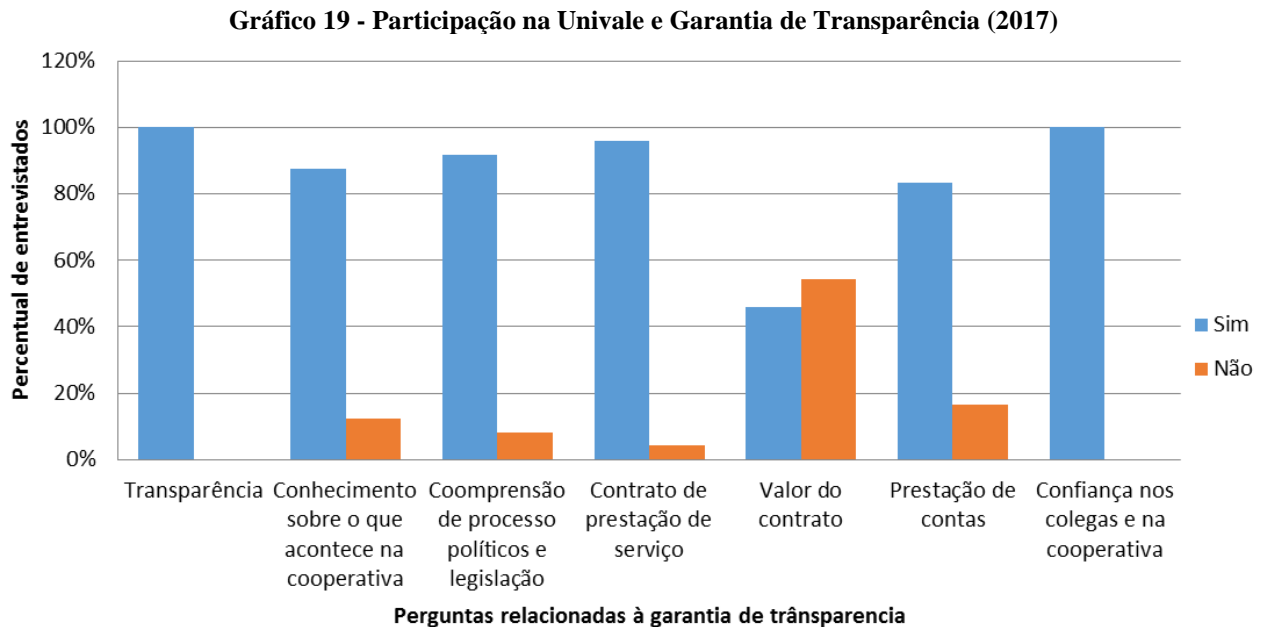
Resumindo, nota-se que a cooperativa Univale apresenta um zelo pela saúde de seus cooperados, visto que todos declararam em suas entrevistas utilizarem EPIs, não considerarem o local de trabalho perigoso e terem ocorrido poucos acidentes de trabalho, sendo estes, todos de baixa complexidade. Alguns catadores também alegaram participar de formações de saúde na cooperativa. Os cooperados da Univale acreditam ter um ganho à sua saúde ao fazer parte da cooperativa. Este fato se dá principalmente pela cooperativa proporcionar aos seus cooperados acesso a convênio médico e odontológico.

Percebe-se também que, em relação à educação, os cooperados declararam acreditar que trabalhar na cooperativa faz com que eles aprendam mais, que a cooperativa incentiva os estudos e potencializa o aprendizado de seus cooperados, visto que a maioria deles declarou participar de formações realizadas na cooperativa. Destaca-se que a maioria dos cooperados está estudando e que grande parte dos que não estão, gostariam de voltar a estudar. Todos cooperados declararam acreditar que a cooperativa oportuniza o seu desenvolvimento social em saúde, educação e entre outros.

Assim, conclui-se que a liberdade instrumental “oportunidades sociais”, é desenvolvida entre os cooperados da Univale, pois é notória a melhoria nas condições de saúde e acesso a tratamentos de saúde, assim como a ampliação de educação tanto através do incentivo à educação formal quanto aprendizado de modo geral na cooperativa. Visto que, todos os cooperados declaram que a cooperativa promove o desenvolvimento social.

### 3.2.4 Garantia de transparência

Foram elaboradas perguntas com respostas do tipo “sim” ou “não” para analisar a liberdade instrumental “garantia de transparência”, sendo realizadas perguntas relacionadas à transparência nas ações da cooperativa, conhecimento das ações da Univale, aumento da compreensão dos processos políticos e legislações depois do ingresso na cooperativa, conhecimento sobre os contratos de prestação de serviço de coleta seletiva que a Univale possui, valores dos contratos, conhecimentos sobre as finanças e prestações das contas da Univale, além da percepção de confiança nos colegas de trabalho e na cooperativa.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Todos os entrevistados alegaram que a cooperativa é transparente em suas ações, conforme gráfico 19. 21 cooperados entrevistados responderam que sabem de tudo o que acontece na cooperativa. Em relação aos processos políticos e legislações, 22 entrevistados afirmaram que aumentaram seus conhecimentos sobre essas questões após o ingresso na cooperativa.

Em relação ao conhecimento sobre os contratos de prestação de serviço de coleta seletiva que a cooperativa possui, 23 entrevistados alegaram ter o conhecimento da existência do contrato, mas apenas 11 sabiam o valor do mesmo. Do total de entrevistados, 20 afirmaram que existem prestações de contas e que conhecem as finanças da cooperativa. Todos os cooperados afirmam confiar na cooperativa e nos colegas.

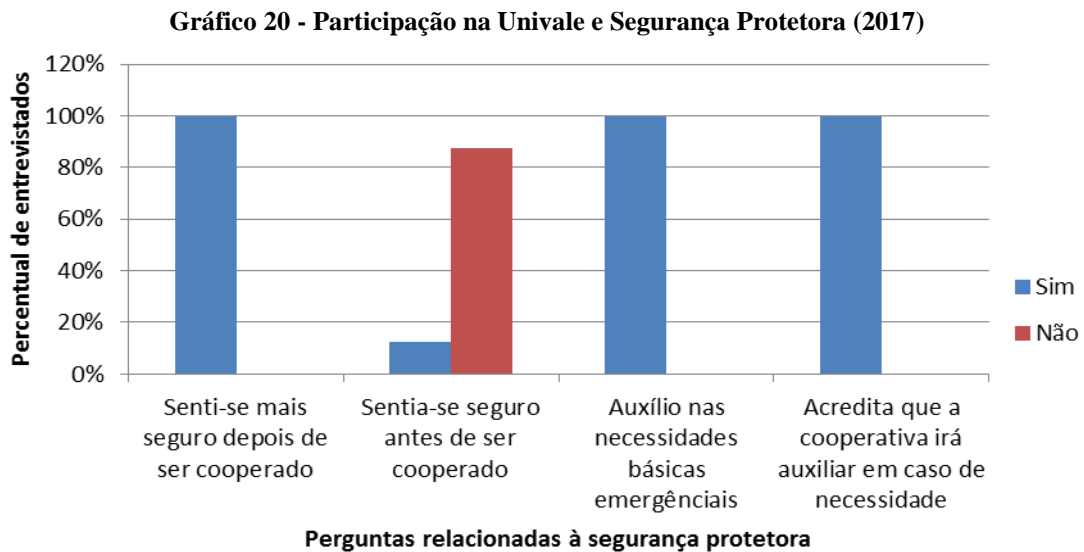


Conclui-se que os cooperados acreditam que, após o ingresso na cooperativa, ampliaram sua compreensão sobre processos políticos e legislações. Todos os cooperados declaram que a cooperativa é transparente em suas ações, a grande maioria possui conhecimento sobre o que acontece na cooperativa e sabem que a Univale possui contratos de prestação de serviços com prefeituras, visto que a maioria dos cooperados afirmou que a cooperativa realiza prestações de contas, mesmo assim apenas um pouco mais da metade declarou saber o valor dos contratos. Percebeu-se durante as entrevistas que alguns cooperados possuem um grau de confiança na cooperativa a ponto de não se atentarem às questões financeiras da mesma.

Ainda, a liberdade instrumental “garantia de transparência”, é desenvolvida entre os cooperados da Univale, visto que todos os cooperados declaram confiar nos colegas e na cooperativa.

### 3.2.5 Segurança protetora

Em relação à liberdade instrumental “segurança protetora”, foram realizados questionamentos com respostas do tipo “sim” ou “não” referentes à percepção de segurança protetora, antes e depois do ingresso na Univale, isto é, se a cooperativa auxilia seus cooperados em suas necessidades básicas emergenciais (como alimentação e moradia) e as percepções em relação a se a cooperativa auxiliaria o cooperado entrevistado no caso deles precisarem suprir alguma necessidade básica emergencial.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados primários levantados de acordo com o questionário no apêndice.

Em relação ao sentimento de segurança, conforme o gráfico 20, 24 dos entrevistados afirmaram que a cooperativa contribui para que os cooperados se sintam mais seguros, enquanto 21 entrevistados declararam que não se sentiam seguros antes de ingressar na cooperativa. Em relação às necessidades básicas emergenciais como moradia, alimentação, entre outros 24 dos cooperados afirmaram que a cooperativa auxilia seus membros em caso de necessidades emergenciais e que acreditam que, se precisassem, a cooperativa os auxiliaria em suas necessidades básicas, quando necessário.

Assim, todos os cooperados declararam sentir-se mais seguros na cooperativa, sendo que a grande maioria não se sentia segura antes de ingressar na Univale. Todos os cooperados declararam que a cooperativa auxilia todos em suas necessidades básicas emergências como moradia, alimentação, entre outros. E que, caso precisem, a cooperativa lhes ajudaria. Percebe-se que, apesar do desenvolvimento da liberdade instrumental “segurança protetora” ser mais subjetiva que as demais, pode-se analisar no decorrer das entrevistas que os cooperados da Univale possuem na cooperativa uma possibilidade de segurança em casos de necessidades mais extremas, visto que foram relatadas situações em que a cooperativa buscou parcerias para sanar necessidades de alimentação, apresentadas por alguns cooperados e seus familiares.

A cooperativa Univale demonstrou, portanto, ser um espaço que potencializa o desenvolvimento de liberdades instrumentais para aqueles que nela trabalham. Sendo apresentado de alguma forma a potencialização das cinco liberdades instrumentais destacadas por SEN (2010), na próxima seção apresenta-se melhor essa relação.

### 3.3 A COOPERATIVA UNIVALE E AS LIBERDADES INSTRUMENTAIS DE SEUS COOPERADOS

Conforme abordado nas seções anteriores, a Cooperativa Univale potencializa o desenvolvimento das liberdades instrumentais de seus cooperados, visto que, no decorrer das entrevistas, identificaram-se as cinco liberdades instrumentais evidenciadas por SEN (2010): liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

As liberdades políticas que são apresentadas por Sen (2010) incluem a possibilidade que os indivíduos possuem de definir quem deve governar e baseado em que princípios, incluindo também o direito de fiscalizar e criticar os governantes, de possuir liberdade de

expressão política e uma imprensa livre, possuir liberdade de escolha entre partidos políticos distintos etc. Abrangem assim os direitos políticos associados às democracias em sentido amplo, compreendendo chances de diálogo político, dissensão e crítica, com o direito de voto e escolha participativa de governantes.

Essas liberdades políticas podem ser percebidas na Univale, visto que os cooperados têm poder de decisão em assembleias e em reuniões de organização do trabalho da cooperativa, participam de reuniões externas, como os fóruns de recicladores municipais e regional, nos quais reivindicam a implementação e a construção de políticas públicas para a reciclagem e economia solidária.

Nota-se que a Univale, por ser um empreendimento econômico solidário, possui práticas de gestão democráticas. Conforme Gaiger (2014), a democracia é um dos princípios da economia solidária. Pode-se perceber que a Univale, através de suas práticas, potencializa as liberdades instrumentais de seus cooperados no que se refere às liberdades políticas.

No que tange à liberdade instrumental facilidades econômicas, estas incluem, segundo SEN (2010), as possibilidades que as pessoas possuem para usufruir de recursos econômicos para consumo, produção ou troca. Os intitamentos econômicos que um indivíduo possui levam em conta os seus recursos disponíveis, as possibilidades de troca, os preços relativos e o funcionamento do mercado.

Percebe-se que os cooperados da Univale, após ingressarem na cooperativa, aumentaram o seu poder de compra e as possibilidades de acesso ao crédito, o que lhes oportunizou uma melhora em suas residências e em acesso a bens que antes não poderiam acessar. O principal motivo apresentado pelos cooperados para ingressar na cooperativa foi a oportunidade de geração de trabalho e renda. Para Brasil (2015) uma das principais dimensões da economia solidária é a econômica, princípio motivador para o empenho de recursos pessoais, produção e consumo.

Quanto às oportunidades sociais, que para SEN (2010) são facilidades que uma sociedade pode criar e acabam impactando na liberdade substantiva de uma pessoa que acaba por viver melhor, essas referem-se às áreas de educação, saúde etc. Essas facilidades são relevantes não apenas pela condução da vida privada (exemplo possuir saúde durante a vida), mas sobretudo para uma interação verdadeiramente efetiva em atividades econômicas e políticas.

A melhoria nas condições de saúde e a oportunidade de ampliação de acesso a tratamentos de saúde se dão por meio de convênio médico e odontológico, por exemplo, assim como a potencialização de educação através do incentivo à educação formal e pelo

aprendizado de modo geral na cooperativa, principalmente pela oportunidade de participação em cursos através de parcerias realizadas pela Univale. E também há o fato de todos os catadores da Univale declararem que a cooperativa promove o desenvolvimento social de seus cooperados. Entende-se que a Univale proporciona a partir de suas práticas o desenvolvimento de liberdades sociais de seus cooperados. Percebe-se um cuidado com o outro nas ações da Cooperativa Univale. E de fato uma visão dos conceitos de economia solidária apresentados Singer (2011) entende que a economia solidária deve promover o desenvolvimento econômico e social de seus participantes.

Identifica-se também o desenvolvimento nos cooperados da Univale da liberdade instrumental relacionada às garantias de transparência que, segundo SEN (2010), englobam a importância da sinceridade que os indivíduos podem esperar: refere-se à liberdade de interagirem mutuamente com segurança, sem segredos e clareza. Caso a confiança seja fortemente quebrada, a vida de vários indivíduos, sejam os diretamente participantes ou outros, tendem a ser afetadas de forma negativa. Essas garantias de transparência possuem um papel instrumental inibindo a corrupção, a irresponsabilidade financeira e as transações ilícitas. Isso porque, conforme identificado na pesquisa, a cooperativa é transparente em suas ações, e os cooperados sabem o que acontece na cooperativa, participam das decisões e da criação de regras, assim como de reuniões internas e externas da cooperativa e existe prestação de contas. Destaca-se que todos os cooperados confiam uns nos outros e na cooperativa.

A segurança protetora, para SEN (2010), é de grande importância para criar uma rede de segurança social, não permitindo que as pessoas sejam atingidas pela miséria ou até em casos extremos pela morte. Percebe-se que a cooperativa Univale possui uma atenção em atender as necessidades básicas emergenciais de seus cooperados. Nas entrevistas os cooperados relatam que já foram ajudados pela cooperativa em situações extremas de necessidade de alimentação para suas famílias. Todos os cooperados demonstraram se sentirem mais seguros e amparados após ingressarem como cooperados da Univale.

Percebe-se que cada uma das liberdades não atua de forma independente na construção de desenvolvimento dos catadores de materiais recicláveis da Univale, conforme apresenta Sen (2010, p 25) “Na visão do “desenvolvimento como liberdade”, as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral”.

Analisa-se que os cooperados apresentaram uma interação entre as liberdades instrumentais apresentadas, por exemplo, o cooperado que morava em um abrigo, após o

ingresso na cooperativa teve acesso a recursos financeiros e à comprovação de renda, por meio das facilidades econômicas, podendo alugar uma casa e melhorar suas condições de moradia, possibilitando uma melhora nas condições sociais, visto que, não estava na rua e possibilitando a ele comer e dormir com dignidade e o levando a pensar na possibilidade de retorno aos estudos.

Percebe-se a importância que o desenvolvimento das liberdades instrumentais gera na vida dos cooperados da Univale, nota-se uma melhora na qualidade de vida dos catadores, uma emancipação como cidadãos, se tornando livres para optar por uma vida que desejam e apreciam.

Percebe-se que existe convergência entre os conceitos de economia solidária e desenvolvimento humano, principalmente no que tange à definição do desenvolvimento como um processo multidimensional. Para Zeeland (2016) as duas abordagens são críticas ao entendimento do conceito de desenvolvimento como mero crescimento econômico, tendo como objetivo central a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas. A autora ainda reforça que essas melhorias são percebidas em diversas dimensões como saúde, educação, condições de vida e participação comunitária e política.

Portanto, percebe-se que a Cooperativa de Trabalho e Renda Univale, um empreendimento de economia solidária, formado por catadores de materiais recicláveis por meio de suas práticas democráticas, autogestionárias, solidárias, na qual as pessoas se preocupam com o outro e com o bem-estar coletivo, demonstra contribuir para o desenvolvimento das liberdades instrumentais de seus cooperados e consequentemente contribuir para o desenvolvimento humano dos catadores cooperados.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, na análise teórica da pesquisa, que existe alguma convergência entre os conceitos de economia solidária e desenvolvimento humano *a la* Sen. Ambos entendem o desenvolvimento como um processo composto por várias dimensões. As duas abordagens criticam o entendimento do conceito de desenvolvimento como crescimento econômico, tendo como objetivo central a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas.

As melhorias nas condições de vida são percebidas em diversas dimensões, como saúde, educação, participação comunitária e política. Essas melhorias dependem das oportunidades que as pessoas afetadas pelas desigualdades geradas pela organização social têm para fazer suas escolhas. Os empreendimentos econômicos solidários são entendidos como espaços de formulação de valores compartilhados e meios para perseguir objetivos comuns, como geração de trabalho e renda, mas também como resgate da dignidade humana.

Neste cenário, a pesquisa se propôs a analisar se e como um empreendimento de Economia Solidária de catadores de materiais recicláveis contribui para o desenvolvimento das liberdades instrumentais, no sentido proposto por Amartya Sen, de seus participantes. Para tanto, realizou entrevistas com os 24 catadores cooperados da Cooperativa de Trabalho e Renda Univale, um empreendimento de economia solidária formado exclusivamente por catadores de materiais recicláveis, comparando as diferentes percepções dos cooperados acerca do problema investigado.

Acredita-se que o objetivo geral, avaliar o papel dos empreendimentos de economia solidária no desenvolvimento das liberdades instrumentais de seus participantes, tendo por objeto de pesquisa catadores de materiais recicláveis com atuação em um território no Estado do Rio Grande do Sul, foi alcançado. Assim a Cooperativa Univale potencializa o desenvolvimento das liberdades instrumentais de seus cooperados, uma vez que, no decorrer das entrevistas, identificam-se processos de desenvolvimento das cinco liberdades instrumentais evidenciadas por Sen (2010): liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Os objetivos específicos, apresentar a visão de desenvolvimento humano de Amartya Sen e o conceito de liberdades instrumentais; analisar a relação de um empreendimento de economia solidária de catadores de materiais recicláveis com o desenvolvimento das liberdades instrumentais dos seus participantes; e identificar as possibilidades do desenvolvimento das liberdades instrumentais a partir da participação em um

empreendimento de economia solidária de catadores de materiais recicláveis, também foram alcançados no decorrer do trabalho.

Os resultados apresentados apontaram a contribuição da Univale para o desenvolvimento das liberdades instrumentais de seus cooperados. Assim as liberdades instrumentais do tipo liberdades políticas podem ser percebidas na cooperativa, pela gestão democrática e participativa de seus cooperados, o que oportuniza o desenvolvimento de seus catadores. Da mesma forma, após ingressarem na cooperativa, os catadores cooperados da Univale aumentaram o seu poder de compra e as possibilidades de acesso ao crédito, o que lhes permitiu uma melhora em suas residências e em acesso a bens e serviços, ampliando assim, a liberdade instrumental do tipo facilidades econômicas.

Por sua vez, a melhoria nas condições de saúde e a oportunidade de ampliação de acesso a tratamentos de saúde, que se dão por meio de convênio médico e odontológico, assim como a potencialização de educação através do incentivo à educação formal e pelo aprendizado de modo geral na cooperativa, são exemplos, do desenvolvimento da liberdade instrumental oportunidades sociais.

A liberdade instrumental do tipo garantias de transparência pode ser identificada na cooperativa, dado que os cooperados acreditam que a Univale é transparente em suas ações, e os cooperados sabem o que acontece na cooperativa, participam das decisões e da criação de regras, assim como de reuniões internas e externas da cooperativa. Há também prestação de contas. Destaca-se que todos os cooperados confiam uns nos outros e na cooperativa.

Finalmente, a cooperativa possui uma preocupação em atender as necessidades básicas emergenciais de seus cooperados. Todos os cooperados demonstraram se sentirem mais seguros e amparados após ingressarem como cooperados da Univale, demonstrando o desenvolvimento da liberdade instrumental segurança protetora.

Entende-se dessa forma que a cooperativa demonstra contribuir para o desenvolvimento das liberdades instrumentais de seus cooperados e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento humano dos catadores, por meio de suas práticas democráticas, autogestionárias e solidárias, pelas quais as pessoas se preocupam com o outro e com o bem-estar coletivo.

Como limitações para a realização desta pesquisa, assinala-se a escassez de material que relacione desenvolvimento humano e economia solidária. Outra dificuldade encontrada foi em relação às perguntas elaboradas para o questionário, que podem não ter tido o nível de engajamento necessário para conduzir à percepção do desenvolvimento das liberdades instrumentais de maneira ampliada, já que se abordam assuntos muito subjetivos dos

catadores. Não foi desenvolvida uma análise mais profunda da Cooperativa para entender outras práticas de gestão coletiva que podem vir a contribuir para o desenvolvimento das liberdades instrumentais, pois o questionário utilizado foi focado na relação do cooperado com a cooperativa e não no trabalho da Univale com o poder público. Também pode-se ampliar o questionário para analisar a efetiva participação dos cooperados nos espaços políticos, para além da presença. Para futuras pesquisas, sugere-se assim analisar outros empreendimentos econômicos solidários, sendo ou não de catadores, a fim de verificar se o desenvolvimento das liberdades instrumentais ocorre de uma maneira geral nos empreendimentos, podendo realizar comparações. Outra possibilidade é a análise dos resultados por gênero.

Pode-se também pesquisar outros conceitos que envolvem a teoria de desenvolvimento humano nos empreendimentos de economia solidária, para ampliar a análise dos empreendimentos econômicos solidários como possíveis difusores de desenvolvimento humano. Por fim, sugere-se também pesquisar o desenvolvimento das liberdades instrumentais em um número maior de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis para ampliar a discussão dos resultados e testar sua robustez.



## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- BRASIL. **Lei Nº 12.305 de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)>. Acesso em: 24 ago. 2016.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas digital da economia solidária**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://atlas.sies.org.br>>. Acesso em: 13 set. 2016.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações: (CBO)**. Brasília: MTE, SPPE, 2010b. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Economia Solidária**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- BROCHIER, Rita de Cássia da Rosa Sampaio. **Autogestão e níveis de consciência: uma intervenção em uma cooperativa de resíduos pós-consumo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2015.
- CARVALHO, A. M. R. **Cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Assis - COOCASSIS: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência**. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CERATO, Daiana Schwengber. Intervenção psicopedagógica: educação ambiental como caminho de transformação. In: SCHOLZ, Robinson Henrique (Org.). **Economia solidária e incubação: uma construção coletiva de saberes**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 47-59.
- COSTA, Cláudia Moraes da. **Reciclagem e cidadania: a trajetória de vida dos catadores de material reciclável da comunidade Reciclo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- CULTI, Maria Nelzilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.
- DEMAJOROVICK, Jacques. LIMA, Márcia. **Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores**. São Paulo: SESC SP, 2013.
- FERREIRA J. A; ANJOS L.A. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Revista Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2001.
- FLORES, Manuela Donaduce. **As mulheres na economia solidária e os indicadores de desigualdade de gênero no Brasil**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em

Economia) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

GAIGER, Luiz Inácio. **O trabalho ao centro da economia popular solidária**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos: Diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores**. Brasília: IPEA, 2012. (Comunicados do IPEA, n. 145). Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120425\\_comunicadoipea0145.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120425_comunicadoipea0145.pdf)

KUYVEN, Patrícia Sorgatto; KAPPES, Sylvio Antonio. **II Mapeamento da Economia Solidária Região Sul**: cartilha Informativa. São Leopoldo: Unisinos, 2013.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. 2010. Disponível em: [http://base.socioeco.org/docs/raizes\\_histor.pdf](http://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf). Acesso em: 22 de abr. 2016.

MACIEL, Joice Pinho. **Indicadores para qual sustentabilidade?** Elementos teórico-metodológicos para a análise da eficiência de empreendimentos econômicos solidários de reciclagem do Vale dos Sinos – RS. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

MANCE, E. A. **A Revolução das redes**: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalismo à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIURA, P. C. O. **Tornar-se catador**: uma análise psicossocial. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **História do MNCR**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/sua-historia>. Acesso em: 30 nov. 2016.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **O que é o movimento?**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/o-que-e-o-movimento>. Acesso em: 30 nov. 2016.

PINHEL, Julio Ruffin. **Do Lixo a Cidadania: Guia para Formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis**. São Paulo: Peirópolis, 2013.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. O paradigma das capacitações: Amartya Sen e o desenvolvimento como liberdade. In ULBRA (Org.). **Desenvolvimento como liberdade**. Curitiba: Ibpex, 2009 (p. 113-133).

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração**: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SANT'ANA, Diogo de; METELLO, Daniela. Reciclagem e Inclusão social no Brasil: Balanço e Desafios. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. p. 21 a 46. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2017.

SCHWEMGBER, Daiana. **Qualidade de vida e perfil socioeconômico de profissionais catadores de quatro cooperativas de resíduos sólidos da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde e Desenvolvimento Humano) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Mestrado Profissional em Saúde e Desenvolvimento Humano, Centro Universitário La Salle, Canoas, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária, outra economia acontece**. SENAES: Brasília, 2007.

SINGER, Paul. Entrevista: Economia Solidária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.22, n. 62, p. 288-314, 2008.

SINGER, Paul. Introdução. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia solidária em desenvolvimento**. Brasília: Secretaria de economia solidária, 2003.

SINGER, Paul. Políticas Públicas para a Economia Solidária no Brasil. In: SIDNEY, Lianza e ADDOR, Felipe (Org.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p.143.

SINGER, Paul. Dez anos de secretaria nacional de economia solidária (SENAES). **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, DF, ano 20, n. 56, p. 89-93, 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56\\_completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_completo.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, R. André. **Economia solidária no Brasil: a auto gestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ZAMORA, Martin Andrés Moreira. **Economia Solidária: autogestão e distribuição do excedente econômico**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ZEELAND, Angeliqne Johanna Willemien Maria Van. **Economia solidária e desenvolvimento humano: avaliação de sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores de materiais recicláveis.** 2016. 232 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade federal do Rio Grande do SuL, Porto Alegre, 2016.

# APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO COOPERADOS COOPERATIVA UNIVALE

## QUESTIONÁRIO COOPERADOS COOPERATIVA UNIVALE

N° do questionário \_\_\_\_\_

### 1. Características

1.1 Sexo	feminino
	masculino

1.2 Data de Nascimento	
1.3 Idade	
1.4 Naturalidade	

1.5 Raça/Cor	branca	parda
	amarela	indígena
	negra	não declarada

1.6 Estado Civil	solteiro
	relação estável
	casado
	divorciado
	moram juntos
	outros:

### 2. Família

2.1 N° de pessoas que residem na casa:	
2.2 N° de pessoas que trabalham:	
2.3 N° de pessoas que são catadores:	
2.4 Renda Familiar:	

2.5 N° de dependentes	filhos
	pessoas idosas
	pessoas com deficiência
	netos
	Outras:

### 3. Trabalho e História de Vida

3.1 Trabalha como catador a quanto tempo		
3.2 Está na cooperativa a quanto tempo		
3.3 O que você fazia antes de trabalhar como catador		
3.4 Por qual motivo você virou catador		
3.5 Você gosta de trabalhar como catador	sim	não
3.6 Você gosta de trabalhar na Cooperativa	sim	não
3.7 Você tem orgulho da sua profissão	sim	não
3.8 Gostaria de trabalhar em outra atividade	Sim	Não
3.9 Já trabalhou de carteira assinada	sim	não
3.10 Por qual motivo você virou cooperado da Univale	necessidade econômica, possibilidade de ampliação de renda	
	oportunidade de desenvolvimento de capacidades e potencialidades	
	desenvolvimento de uma atividade onde todas as pessoas são donas, autogestão, gestão democrática	
	Motivação social	
	acesso a formação	
	acesso a programas sociais	
	bom ambiente de trabalho	
	melhores condições de saúde	
outra:		

3.11 Trabalha na cooperativa em qual função		coleta de materiais
		triagem de materiais
		prensagem de materiais
		limpeza
		comercialização de materiais
		beneficiamento de materiais
		administração
		Coordenação/conselhos
	outra:	
3.12 Se você tivesse que dar uma nota para a Cooperativa de 1 a 10, sendo 10 a nota máxima. Qual nota você daria?	Nota:	
	Por qual motivo?	

#### 4. Liberdades Políticas

4.1 Você acredita que o seu trabalho na cooperativa tem alguma relação com política?	Sim	Motivo:
	Não	
4.2 Você conhece alguma legislação que esteja ligada ao seu trabalho?	Sim	Qual:
	Não	
4.3 Você participa de reuniões de trabalho, assembleias para organização do trabalho da cooperativa e tomada de decisões	Sim	Qual:
	Não	
4.4 Você participa de reuniões externas	sim	Quais:
	não	Motivo:
4.5 Você gostaria de participar de reuniões externas	sim	Motivo:
	não	
4.6 A cooperativa possui regras	sim	
	não	
4.7 Quem as estabelece?		coordenação
		o regimento interno/acordo coletivos
		outros
4.8 O grupo realiza assembleias e/ou reuniões regularmente	sim	
	não	
4.9 O grupo participa de alguma rede, fórum ou conselho?	sim	Quais:
	não	Motivo:
4.10 Você acredita que trabalhando na cooperativa você ampliou o seu entendimento sobre democracia, política e legislações, principalmente em relação aos seus direitos.	sim	
	não	

## 5. Facilidades Econômicas

5.1 Quais são condições de sua moradia	Antes da cooperativa		depois da cooperativa	
		própria		própria
		alugada		alugada
		cedida		cedida
5.2 Qual é o tipo de construção de seu domicílio	Antes da cooperativa		depois da cooperativa	
		alvenaria		alvenaria
		madeira		madeira
		misto		misto
		barraco		barraco
5.3 Sua casa tem banheiro	Antes da cooperativa		depois da cooperativa	
		sim		sim
		não		não
5.4 sua casa tem água encanada	Antes da cooperativa		depois da cooperativa	
		sim		sim
		não		não
5.5 sua casa tem luz elétrica	Antes da cooperativa		depois da cooperativa	
		sim		sim
		não		não
5.6 Sua casa já foi atingida por:	Antes da cooperativa		depois da cooperativa	
		inundações		inundações
		vendavais		vendavais
		granizo		granizo
		outros:		outros:
5.7 Desde que, você entrou na cooperativa sua casa mudou de alguma forma		sim	Qual:	
		não		
5.8 Desde que, você entrou na cooperativa você conseguiu algo que não tinha acesso antes		sim	Qual:	
		não		
5.9 Você acredita que o seu trabalho na cooperativa te ajuda a ter mais coisas		sim	Quais:	
		não		
5.10 Você acredita que o seu trabalho na cooperativa lhe possibilitou acesso a crédito		sim	Quais:	
		não		
5.11 Você possuía acesso a crédito antes de entrar na Cooperativa		Sim	Quais:	
		não		

## 6. Oportunidades Sociais

6.1 Você utiliza EPI's		sim	Quais:	
		não		
6.2 Você sofreu algum acidente de trabalho aqui na cooperativa		sim	Quando:	
		não	Qual:	

6.3 Você considera a cooperativa um local perigoso para a sua saúde	sim	Motivo:
	não	
6.4 Em relação a sua saúde, você acredita que trabalhando na cooperativa você possa ter tido algum tipo de ganho para a sua saúde	sim	Motivo:
	não	
6.5 Você possui o convenio de saúde da cooperativa	sim	Você possuía algum convênio antes ___ sim ___ Não
	não	Motivo:
6.6 Você possui o convenio do dentista da cooperativa	sim	Você possuía algum convênio antes ___ sim ___ Não
	não	Motivo:
6.7 Você participa de formações sobre saúde realizadas na cooperativa	sim	
	não	
6.8 Qual a sua escolaridade	não alfabetizado	
	alfabetizado	
	ensino fundamental 1° a 4° série	
	ensino fundamental 5° a 8° série	
	ensino médio	
	ensino técnico	
	ensino fundamental EJA	
	ensino médio EJA	
	ensino superior	
6.9 Você atualmente está estudando	sim	Qual:
	não	
6.10 Você gostaria de voltar a estudar	sim	OBS:
	não	
6.11 Você participa de formações realizadas na cooperativa	sim	Quais:
	não	
6.12 Você acredita que o trabalho na cooperativa faz com que você aprenda mais	sim	Motivo:
	não	
6.13 Você acredita que a cooperativa incentiva os estudos e potencialize aprendizado para seus cooperados	sim	Motivo:
	não	
6.14 Você acredita que a cooperativa de alguma forma te oportuniza desenvolvimento sociais como educação, saúde, entre outros.	Sim	Motivo:
	não	

## 7. Garantia de transparência

7.1 Você acredita que a cooperativa é transparência em suas ações	sim	Motivo:
	não	
7.2 Você sabe tudo que acontece na cooperativa	sim	Motivo:
	não	



7.3 Você acredita que após começar a trabalhar na cooperativa, você teve maior compreensão dos processos políticos e legislações	sim	Motivo:
	não	
7.4 A cooperativa possui algum contrato de prestação de serviço com a prefeitura	sim	Qual:
	não	
7.5 Você sabe o valor do contrato	sim	Qual:
	não	
7.6 Existe prestação de contas financeira, você conhece as finanças da Cooperativa	sim	
	não	
7.7 Você confia em seus colegas e na cooperativa	sim	
	não	

### 8. Segurança Protetora

8.1 A cooperativa contribui de alguma forma para você sentir-se mais seguro	sim	Motivo:
	não	
8.2 Você se sentia seguro antes de trabalhar na cooperativa	sim	Motivo:
	não	
8.3 A cooperativa auxiliar seus cooperados em suas necessidades básicas emergenciais (alimentação, moradia...)	sim	
	não	
8.4 Você acredita que a cooperativa iria te auxiliar de alguma forma para suprir alguma necessidade básica que você estivesse passando	sim	Qual:
	não	

### 9. Observações: (informação importante que não conste nas perguntas)

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_